

TEN.-CEL. QOPM SERGIO LUIZ BESSLER

A PMPR E A SENASP

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

Orientador Metodológico

Prof. Dr. MÁRCIO S. B.S. DE OLIVEIRA

Orientador de Conteúdo

Cel. QOPM ALTAIR MARIOT

CURITIBA

2006

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais que souberam me educar no caminho da verdade.

A minha amada esposa Roseli, que nos momentos de dificuldade e desânimo orou e me incentivou a perseverar rumo ao sucesso desta jornada, a ela o meu reconhecimento e amor eterno.

AGRADECIMENTOS

À Polícia Militar do Paraná, na pessoa do Exmo. Sr. Comandante-Geral, Cel. QOPM Nemésio Xavier de França Filho, aos Senhores Oficiais e Praças, que nos proporcionaram a oportunidade de seguir rumo ao saber.

Aos Senhores Professores da Universidade Federal do Paraná e aos Senhores Oficiais instrutores, pela dedicação e carinho com que nos ministraram no decorrer do curso.

Ao Prof. Dr. Márcio S.B.S. de Oliveira, orientador metodológico, o qual se distinguiu pelo espírito profissional e segurança na condução da disciplina, tornando possível a execução desta tarefa.

Ao Ilmo. Sr. Cel. QOPM Altair Mariot pela orientação segura na condução deste trabalho.

Aos companheiros de Curso, pelo espírito de corpo e união, em torno de uma Instituição forte e pujante.

Aos meus filhos e enteados, pela gratidão e pelo amor que sempre demonstraram no dia-a-dia.

EPIGRAFE

“E seja sobre nós a formosura do Senhor nosso Deus, e confirma sobre nós a obra das nossas mãos; sim, confirma a obra das nossas mãos”.

(Bíblia Sagrada – Salmo 90, vs 17).

RESUMO

A proposta deste trabalho é demonstrar a possibilidade da realização de convênios entre a Polícia Militar do Paraná e a Secretaria Nacional de Segurança Pública para o treinamento e capacitação profissional dos Policiais-Militares. É necessária a continuidade das ações pedagógicas na construção do conhecimento, as quais trazem novas técnicas, táticas, debates, discussões e mudança de comportamento, essenciais no acompanhamento da evolução diária do homem. A celebração de convênio entre as Instituições suprirá uma lacuna existente há décadas na Polícia Militar do Paraná, pois a atividade de instrução não possui uma definição clara em termos de planejamento estratégico. Desta forma, sua realização seria aleatória, sem conteúdo pre-definido para avaliações de resultados e acompanhamento na sedimentação do conhecimento e mudança de comportamento da tropa. A realização de convênio passa a ser uma solução adequada no que diz respeito aos recursos necessários para a execução da atividade instrucional, porém não se refere à desmotivação e à solução do problema do comprometimento com a causa da segurança pública. O resultado será percebido ao longo do tempo e na medida em que as ações previamente definidas forem colocadas em prática e os objetivos alcançados plenamente, levando-se em consideração o princípio da efetividade na realização do policiamento ostensivo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolver Pessoas; Visão de Futuro; Mudanças de Comportamentos; Treinamento e Capacitação; Resultados; Sucesso Profissional.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.2 ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO	5
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	7
2.1.1 Evolução Histórica	7
2.1.2 A Polícia Militar do Paraná e a Sociedade	8
2.1.3 A Polícia Militar do Paraná e os Direitos Humanos	12
2.1.4 O Ensino e a Instrução na Polícia Militar do Paraná	14
2.2 A SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP	17
2.3 A VISÃO ESTRATÉGICA DA SENASP	19
2.4 A BAIXA PRIORIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	20
2.5 A SENASP E OS INVESTIMENTOS NA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS POLÍCIAS	22
2.6 AÇÕES CRÍTICAS E ESSÊNCIAS	23
2.7 PROGRAMAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍCIAS.....	26
2.8 O ENVOLVIMENTO DAS PREFEITURAS.....	27
2.9 A REDUÇÃO DA IMPUNIDADE	28
3 LEGISLAÇÃO.....	29
4 MODELO ATUAL DE POLÍCIA NO BRASIL	33
4.1 A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	36
4.2 DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	39
4.3 INVESTIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS	40
4.4 EFETIVO DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS.....	40
4.5 RECURSOS DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS	41
4.6 DETERMINANTES DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS ANUAIS DE AÇÃO	41
4.7 MECANISMO DE CONTROLE DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	42
4.8 CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	42
5 SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.....	44
5.1 MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	45
5.2 IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS	45
5.3 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	46
5.4 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS	47
5.5 REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	49
5.6 INTENSIFICAÇÃO DA REPRESSÃO QUALIFICADA.....	50
6 SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL – SINESPJC.....	52
7 SISTEMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO SUSP.....	53
8 REDE DE ENSINO À DISTÂNCIA.....	54
8.1. INTEGRAÇÃO DAS ACADEMIAS DE POLÍCIA.....	54
9 A 3ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR.....	56
9.1 COMPETÊNCIA.....	56
10 A INSTRUÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	57
11 A VIOLÊNCIA.....	60
11.1 AS MUTAÇÕES SOCIAIS	66
11.2 O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO	66
11.3 DESARTICULAÇÃO.....	68
11.4 UM MUNDO SEM REFERÊNCIAS – UM NOVO PARADIGMA DA VIOLÊNCIA.	69
12 ASPECTOS SOCIOLOGICOS DA VIOLÊNCIA.....	71
12.1 CONCEITO DE ÉTICA.....	71
12.2 CONCEITO DE VIOLÊNCIA.....	71
12.3 ESTRATÉGIAS PARA OCULTAR A VIOLÊNCIA.	71
12.4 SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES DA ÉTICA COMO IDEOLOGIA.....	72
13 CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR	73
14 CRIME E VIOLÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	76

14.1 A CONJUNTURA TEMÁTICA NO BRASIL	76
14.2 IMAGINÁRIO SOCIAL	77
14.3 O PROBLEMA DAS CAUSAS	78
15 O CONVÊNIO 110/03.....	83
15.1 AS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.	83
15.2 O PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.	84
15.4. DEPOIMENTOS DOS PROFESSORES	87
16 METODOLOGIA	90
17 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	91
17.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS	91
18 CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	108
LEGISLAÇÃO.....	109
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFIS	- Sistema de Identificação Digital Criminal
APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
Art.	- Artigo
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAS	- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CCB	- Comando do Corpo de Bombeiros
CEFID	- Centro de Educação Física e Desportos
CEI	- Centro de Ensino e Instrução
CFAP	- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
CONASP	- Conselho Nacional de Segurança Pública
COPM	- Colégio da Polícia Militar
CSP	- Curso Superior de Polícia
DNA	- ácido desoxirribonucléico
ESPC	- Escola Superior da Polícia Civil
INFOSEG	- Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública
MJ	- Ministério da Justiça
NPCE	- Normas de Planejamento e Conduta de Ensino
OBM	- Organização Bombeiro Militar
OPM	- Organização Policial Militar
PC	- Policial Civil
PM	- Policial-Militar
PM/3	- 3ª Seção do Estado-Maior
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RIC	- Sistema Nacional de Registro Civil
SEAD	- Secretaria de Estado da Administração
SEFA	- Secretaria de Estado da Fazenda
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPL	- Secretaria de Estado do Planejamento
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública
SINESPJC	- Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal
SUSP	- Sistema Único de Segurança Pública
UFPr	- Universidade Federal do Paraná
UOp	- Unidade Operacional
TREINASP	- Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública
Vs	- Versículo

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CONHECIMENTO DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR	94
TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR	95
TABELA 3 – MELHORIA DE CONHECIMENTO PELO CONTEÚDO DOS PROGRAMAS MINISTRADOS	96
TABELA 4 – AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	97
TABELA 5 – GRAU DE NECESSIDADE DE APLICAÇÃO À TROPA DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DA SENASP	98
TABELA 6 – EFETIVO DA UNIDADE QUE PARTICIPOU DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP	99
TABELA 7 – CONTEÚDO DAS INSTRUÇÕES COM BASE NOS RELATÓRIOS DE SERVIÇOS DIÁRIOS	100
TABELA 8 – INSTRUÇÕES COM PLANEJAMENTO PRÉVIO DA 3ª SEÇÃO DA UNIDADE	101
TABELA 9 – INSTRUÇÕES VERBAIS QUANDO DA ASSUNÇÃO DO SERVIÇO DIÁRIO	102
TABELA 10 – QUANTIFICAÇÃO DE HORAS DE INSTRUÇÕES MENSAIS	103
TABELA 11 – ADEQUAÇÃO DE LOCAL, RECURSOS AUDIOVISUAIS, ILUMINAÇÃO, CONFORTO E ACÚSTICA PARA A REALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES	104
TABELA 12 – REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM AO FINAL DAS INSTRUÇÕES	105
TABELA 13 – OCORRÊNCIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP	106
TABELA 14 – AUMENTO DA VISÃO DA SENSIBILIDADE SOCIAL E MAIOR PODER DE DECISÃO APÓS RECEBER A INSTRUÇÃO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP	107
TABELA 15 – PERCEPÇÃO DE QUE A INSTRUÇÃO FUNCIONA COMO AÇÃO PREVENTIVA NA APLICAÇÃO EFETIVA DA TROPA EM QUALQUER MISSÃO	108

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CONHECIMENTO DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR	94
GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR	95
GRÁFICO 3 – MELHORIA DE CONHECIMENTO PELO CONTEÚDO DOS PROGRAMAS MINISTRADOS	96
GRÁFICO 4 – AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	97
GRÁFICO 5 – GRAU DE NECESSIDADE DE APLICAÇÃO À TROPA DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DA SENASP	98
GRÁFICO 6 – EFETIVO DA UNIDADE QUE PARTICIPOU DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP	99
GRÁFICO 7 – CONTEÚDO DAS INSTRUÇÕES COM BASE NOS RELATÓRIOS DE SERVIÇOS DIÁRIOS	100
GRÁFICO 8 – INSTRUÇÕES COM PLANEJAMENTO PRÉVIO DA 3ª SEÇÃO DA UNIDADE	101
GRÁFICO 9 – INSTRUÇÕES VERBAIS QUANDO DA ASSUNÇÃO DO SERVIÇO DIÁRIO	102
GRÁFICO 10 – QUANTIFICAÇÃO DE HORAS DE INSTRUÇÕES MENSAIS	103
GRÁFICO 11 – ADEQUAÇÃO DE LOCAL, RECURSOS AUDIOVISUAIS, ILUMINAÇÃO, CONFORTO E ACÚSTICA PARA A REALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES	104
GRÁFICO 12 – REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM AO FINAL DAS INSTRUÇÕES	105
GRÁFICO 13 – OCORRÊNCIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP	106
GRÁFICO 14 – AUMENTO DA VISÃO DA SENSIBILIDADE SOCIAL E MAIOR PODER DE DECISÃO APÓS RECEBER A INSTRUÇÃO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP	107
GRÁFICO 15 – PERCEPÇÃO DE QUE A INSTRUÇÃO FUNCIONA COMO AÇÃO PREVENTIVA NA APLICAÇÃO EFETIVA DA TROPA EM QUALQUER MISSÃO	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Um aspecto levado em consideração e análise nas organizações prestadoras de serviço à sociedade, de modo geral, é a qualidade da mão-de-obra, em função de que os movimentos e mudanças nas relações de fronteira entre aquelas e seus clientes, não admite mais empirismo ou soluções inadequadas e de resultados duvidosos.

A apresentação fantasiosa pela mídia, ávida por assuntos novos, tem levado a instituição Polícia Militar do Paraná a executar planos de ação apoiados em verbetes, frases de efeito e fotografias maquiadas, que são até certo ponto mirabolantes, entretanto escondem a inexequibilidade da proposta, cujo resultado danoso será sentido ao longo dos anos.

A mudança de identidade começou com a criação de um sistema de policiamento preventivo, totalmente novo e desconhecido da tropa, que daria início ao policiamento comunitário nos anos 80, chamado de policiamento modular.

Com a falência deste sistema modular por razões administrativas, em face da inauguração de fases do projeto, sem o devido respeito da sequência lógica prevista inicialmente, como inclusão de efetivo, aquisição de viaturas, equipamentos e aprestos policiais, abrangendo áreas previamente planejadas para a implantação do policiamento, passou-se a pensar em outros projetos semelhantes, porém, com outras denominações.

A falta de investimentos, o aumento da população em progressão geométrica não só na Capital, mas principalmente na região metropolitana, a ausência de concurso para inclusão de efetivo, mudanças nas escalas de serviço, vieram em prejuízo da atividade de Instrução de Manutenção, a qual deixou de ser planejada adequadamente com conteúdos atuais e executada no dia-a-dia do Policial-Militar.

O crescimento populacional é inversamente proporcional ao crescimento do efetivo da Instituição, pois não é possível incluir o número previsto há várias décadas.

A aplicação da tropa na área operacional tem sido de uma polícia reativa, atendendo radio ocorrências, cujo número supera em muito a capacidade de mobilização e atendimento, ocasionando demanda reprimida e, por conseguinte a insatisfação da população que necessita de um atendimento de qualidade.

O que acontece, no entanto, é a eleição do que se poderia chamar de ocorrência prioritária em detrimento de outras tantas de menor importância, segundo o julgamento criterioso do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública.

O atendimento dos anseios da comunidade deve se constituir numa atividade, função e preocupação por parte de todos e de cada um dos integrantes da Instituição. Sendo encarada com seriedade e preocupação, como tarefa diária e incessante, de alta relevância para a Organização, aliada aos mais elevados índices de qualidade, irá refletir positivamente dentro da Instituição, firmando um conceito próprio com o povo do Paraná. (BESSLER, 1996)

A sociedade paranaense tem exigido da Instituição, de forma vigorosa e simultânea, não só o aumento da quantidade de Policiais-Militares em policiamento preventivo, mas também a melhoria na qualidade da prestação do serviço.

O treinamento e a capacitação profissional planejada e executada em bases teóricas e práticas, aplicadas por professores e instrutores com profundo conhecimento dos conteúdos, em um local previamente preparado, confortável e dotado de todos os meios necessários ao desenvolvimento da atividade, por períodos curtos e bem aproveitados, resultará em modificação de comportamentos, posturas individuais retrogradadas e uma nova consciência da sociedade atual.

Este trabalho demonstra a possibilidade da realização da atividade instrucional em convênio da Polícia Militar do Paraná com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por diversas razões e aspectos ditados pela própria Instituição, mas principalmente porque o Governo Federal através do Programa Nacional de Segurança Pública considera necessária a reforma das polícias para torná-las instituições eficientes, respeitosas dos Direitos Humanos e voltadas para a construção da paz.

Os cursos de treinamento e capacitação profissional devidamente planejados e executados de acordo com o objeto do convênio, em conformidade com o plano de trabalho elaborado pelo estabelecimento de ensino que irá desenvolver a atividade pedagógica respectiva, implementará a interação com outros órgãos públicos bem como cidadãos convidados ou que demonstrem interesse, em função de que a responsabilidade pelas ações de segurança é da sociedade como um todo.

A execução do convênio resultará em um treinamento e capacitação profissional adequados, em tempo satisfatório e com custos menores aos cofres públicos. Além do que

uma política pública funciona enquanto possuir um esquema de financiamento assegurado, de outro lado, os projetos não prosperam em face das dificuldades inerentes ao processo.

Não é mais aceita a Instituição que vê o cidadão como inimigo, dada sua organização como instrumento de defesa do Estado, pois as comunidades desejam a presença plena deste com todos os serviços elementares e a aplicação das políticas de segurança pública com a participação multidisciplinar e interinstitucional, envolvendo além dos policiais, outros setores governamentais, entidades sociais, movimentos sociais e as contribuições das universidades.

A seguir transcrevemos trechos contidos no documento intitulado Sistema Único de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2003, 2004, 2005, do Ministério da Justiça, Governo Federal:

Durante décadas, fomos obrigados a conviver com a violência como se ela fosse parte trivial de nossas vidas. Habitamos-nos a viver dentro de casas fechadas por grades e a conceber um futuro cada vez menos seguro para nossos filhos, como se isso fosse normalidade. Reconhecendo a gravidade desse problema, o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, iniciou em 2003 uma nova etapa na história da segurança pública brasileira.

Assim, oferecemos ao público uma visão do processo que nos levou à realização de ações de interesse nacional e nos constituiu enquanto gestores públicos, além de uma avaliação dos resultados alcançados. Esperamos que as informações apresentadas sirvam para que o governo e a sociedade se envolvam cada vez mais na busca de soluções conjuntas para um problema que afeta a todos.

Com a certeza que estamos preparando um futuro melhor para a população no que diz respeito à segurança pública, convidamos a todos para conhecer e participar do processo de implantação do Sistema Único de Segurança Pública, pois sabemos que essa é a condição para consolidarmos a democratização do sistema político brasileiro e a implantação de uma segurança cidadã.

A segurança pública é um bem democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de todos.

A busca pela construção da paz também depende da adoção de uma transformação estrutural nas ações de segurança pública: o enfoque privilegiado na lógica da prevenção e gestão.

As ações devem obedecer aos seguintes princípios de gestão: o diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco local e geral – sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e conjunturas; a elaboração de um plano de ação capaz de formular uma

agenda, identificar prioridades e recursos e estipular metas; a avaliação de resultados e processos e, ainda, o monitoramento que consiste na correção de rumos ditada pela constatação dos erros.

A reforma das polícias deve estar associada, portanto, à constituição de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública; à formação de um novo profissional para a gestão da política de segurança pública; à negociação de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais.

Todas essas mudanças devem ser acompanhadas por uma transformação gradual das polícias que inclua a revisão de alguns dos seus valores fundamentais, de sua identidade institucional, de sua cultura profissional e de seu padrão de comportamento.

Afirmar que o cidadão é o destinatário dos serviços de segurança pública significa reconhecer que compete à polícia trabalhar pelo estabelecimento das relações pacíficas entre os cidadãos, respeitando as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnia, devendo criar ações de proteção aos direitos dos diferentes.

As polícias devem abdicar da prática de ações isoladas que identificam o cidadão como potencial inimigo, passando a admitir que, em um ambiente democrático, a segurança pública só pode operar articulada com as comunidades organizadas.

O isolamento e a negação desse trabalho evidenciam o distanciamento das polícias em relação aos destinatários dos seus serviços e ao contexto onde vivem, bem como, a ignorância em relação à natureza das outras corporações do sistema.

O sentido da segurança do cidadão se traduz pela parceria dos órgãos de segurança com as comunidades na análise, planejamento e controle das intervenções. Atribui-se, assim, um papel fundamental à cidadania no funcionamento das organizações de segurança pública que devem estar presente, controlando o cumprimento de metas, a lisura administrativa e, principalmente, a justiça na aplicação das medidas punitivas contra atos de abuso de poder e de violência cometidos pelos servidores da segurança.

Outro ponto de relevância é o que diz respeito à compreensão equivocada dos Direitos Humanos por parte de muitos policiais, porque eles não experimentam em suas vidas o exercício dessas prerrogativas, uma vez que exercem seu trabalho no interior de instituições verticalizadas, escalonadas e discriminadoras de direitos.

As Instituições policiais necessitam de uma política nacional de valorização profissional dos operadores de segurança pública, fundamentada em tais prerrogativas, com a finalidade de construir condições para que os Direitos Humanos sejam reproduzidos, principalmente pelas instituições cujo escopo é garantir a continuidade ordeira da sociedade.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública estipulou que a implantação do Sistema Único de Segurança Pública seria realizada com a dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, reestruturação da perícia, controle externo e participação social.

Esses eixos estratégicos permitem tanto as mudanças estruturais nas polícias quanto ações de interferência em condições imediatas, associadas à violência e à criminalidade, em razão da situação de segurança pública no país.

Além do que os eixos estratégicos de implantação do SUSP permitirão ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e espaço, bem como, atribuem conteúdo aos processos empreendidos na avaliação dos resultados de suas ações.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

O histórico traz uma visão geral sobre a Polícia Militar do Paraná desde sua instituição como força de segurança pública, seguindo-se evolução, legislação, sistema de ensino e considerações acerca da atualidade, bem como a necessidade de se treinar e capacitar seu efetivo para o enfrentamento da violência e criminalidade urbana, com o devido respeito aos Direitos Humanos.

Em seguida, o trabalho faz uma apresentação da Secretaria Nacional de Segurança Pública com seu histórico, competência, ações, visão estratégica, programa de aperfeiçoamento das polícias e dentre outros, as prioridades do programa de reestruturação dos órgãos de segurança pública.

Observa-se na continuidade a Legislação que organizou e regulamentou a Polícia Militar como órgão encarregado da manutenção da segurança pública.

Abordou-se também a segurança pública no Brasil na atualidade, a atividade prática de Instrução na Polícia Militar, programas de formação e valorização profissional e tratados sobre aspectos sociológicos da violência e criminalidade urbana.

Foi realizada uma abordagem sobre um futuro melhor à segurança pública a partir da consolidação da Secretaria Nacional de Segurança Pública e a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a realização de convênios para treinamento, capacitação profissional, aquisição de equipamentos, viaturas e outros materiais necessários ao bom desempenho das atividades de segurança do cidadão.

Descreveu-se o Convênio 110/2003 realizado entre a SENASP e a PMPR e a bem sucedida experiência vivida por este pesquisador enquanto Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, no ano de 2005, que o colocou em execução com a finalidade de trazer Oficiais e Praças da PMPR, Delegados de Polícia, Escrivães, Detetives e Papiloscopistas da Polícia Civil, bem como Supervisores da Guarda Municipal, nos Cursos de Gestão em Segurança Pública e Curso de Técnicas Policiais Interativas.

Concluiu-se o trabalho com a indicação de ações no âmbito da Corporação com a finalidade de se colocar em prática a realização de Convênio a ser celebrado entre a PMPR e a SENASP, para treinamento e capacitação profissional do efetivo PM.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná é a Instituição que tem como missão constitucional o exercício das atividades de segurança pública em prol da sociedade paranaense, através das ações de preservação e manutenção da ordem pública, realizadas pela execução diuturna do policiamento ostensivo.

2.1.1 Evolução histórica

Através do Decreto de 13 de maio 1809 D. João VI criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, que vem a ser origem da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde demonstrou sua preocupação com a qualidade do homem policial, tanto assim que publicou:

“II – Essa guarda será formada dos melhores soldados escolhidos entre os quatro Regimentos de Infantaria e Cavalaria de Linha da guarnição desta Corte; não só pela preferência de sua robustez, indispensável para a função do penoso e aturado serviço a que são destinados, mas ainda pela circunstância de morigeração e conduta”. (PORCIDES, 1999).

Os aspectos levados em consideração na seleção dos homens componentes da tropa davam-se mais pelo aspecto da robustez do que pelo aspecto intelectual. Tal situação existia em função do destino da tropa que era combater em batalhas à época, vez que, a criminalidade urbana não apresentava índices preocupantes para as autoridades.

Na evolução da história, desde o Período Regencial ao Republicano, verifica-se que as forças policiais passaram por inúmeras transformações.

Em razão do sancionamento da Lei nº. 380, de 30 de jul. 1874, passou a Companhia a denominar-se Corpo Policial, e as primeiras instruções visando o preparo intelectual se fez notar além das tradicionais e costumeiras instruções de cunho militar.

A Polícia Militar do Paraná foi instituída pela Lei nº. 7, de 10 de ago. 1854, para a segurança interna e manutenção da ordem no território estadual, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e considerada, por força de legislação federal,

força auxiliar, reserva do Exército Nacional. Esta situação a obrigava a atender convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou grave comoção intestina.

A Constituição de 1934, em seu art. 167, tratou com mais detalhes sobre as Polícias Militares, passando no texto constitucional a ser considerada reserva do Exército Brasileiro, adotando os princípios militares de formação, instrução, legislação, regulamentos, honras e sinais de respeito, conservando estes princípios até passado recente.

A Constituição Estadual de 05 de out. 1989 seguiu na mesma esteira da Constituição Federal e regulamentou no seu bojo a aplicação da Lei Mater, em que inseriu a Polícia Militar do Paraná no capítulo responsável pela Segurança Pública, definindo sua competência constitucional, isto é, polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

2.1.2 A Polícia Militar do Paraná e a sociedade

As recentes pesquisas de opinião pública reforçadas em larga escala pela atuação dos institutos da área, notadamente, num período pré-eleitoral onde são mencionadas as necessidades básicas da população brasileira como um todo, verifica-se que o destaque principal é a segurança pública.

Atualmente, a violência urbana é preocupante pela faceta insensata e aterrorizante provocada pela avalanche do delinqüente contemporâneo. É uma violência mais aguda, mais traumatizante, mais terrível.

Num sentido amplo enfocado dentro dos múltiplos relacionamentos da sociedade moderna, o problema é complexo, pois perscruta no fundo do fenômeno sócio-humano, buscando o porquê de este comportamento anti-social haver florescido no mosaico da criminalidade.

Como nasceram, viveram e de onde vieram essas figuras tétricas que tanto apavoram as cidades e povoam os sórdidos presídios, com fugas mirabolantes, planos criminosos e de resultados terríveis para as forças de segurança e a sociedade de modo geral, espalhando a morte, o estupro, o seqüestro, os latrocínios e tantos outros capitulados na legislação brasileira.

Como resposta, poderíamos apontar que o delinqüente nasce de forma inocente – uma flor perfumada no lamaçal podre e fétido - cresce no terreno da miséria humana e hoje é o fato gerador da delinqüência contemporânea.

O problema do menor abandonado, carente e marginalizado, é dramático nos grandes centros. Sua caminhada para o crime violento é inexorável. Não lhe sendo oportunizado no período correto de seu desenvolvimento o acesso às necessidades básicas a cargo do Governo local, como saúde, educação, profissionalização e alimentação, entre outros, terá certamente prejuízos no desenvolvimento de sua maturação biossociopsicológica.

Para aqueles que têm a oportunidade de tais acessos em razão de seu poder aquisitivo, existe o bombardeamento diário pela mídia eletrônica, que mundialmente combina a banalização da dor, através do processo de manipulação em massa da coletividade.

Vivemos em mundo presidido pela lógica perversa da exclusão violenta como estratégia de inoculação da sociedade com uma espécie de vacina contra o escândalo, fazendo-a perder a capacidade de se indignar, de sentir a dor do outro. Mais profundamente incute o pensamento de que é normal, sempre foi assim e sempre será.

O segmento mais utilizado na atualidade são os games, ditos democráticos, que ensinam os jovens no trânsito a dirigir sobre as calçadas, matando as pessoas de forma chocante, estuprando, estripando o inimigo e nomeando suas vísceras, os de guerra e os que ensinam a dominar cidades inteiras através da corrupção.

Esse exercício de construção do projeto moral da sociedade trará consequência sobre os jovens que apertam milhares de vezes os botões, tomando milhares de vezes essas decisões virtuais. Em especial, o que acontecerá aos muitos que vêm de estruturas familiares destroçadas e de escolas cujo impacto ético é nulo ou insignificante?

Se isso ainda não fosse suficiente, tem-se que conviver com estruturas que alienam de forma mais rápida, dissimulada, difundida, barata e igualmente perigosa, como a música.

O outrora sublime, não escapou de ser também conspurcado pelo sistema de idéias, práticas, proposições e interesses que dominam as cenas da vida contemporânea. Esse modelo de divulgação privilegiando a sexualização perversa e a erotização precoce do mundo infantil, é cantada e dançada pelas últimas gerações de brasileirinhos e brasileirinhas, com a famosa dança da garrafa executada por menininhas de seis anos ou menos ainda, em seus trajes sumariíssimos, nas tardes de domingo das televisões de canal aberto em rede nacional.

Tudo isso acontece para as embevecidas famílias brasileiras que mais tarde se surpreendem com a gravidez precoce na adolescência ou com os casos de violências e abusos sexuais, muitas vezes dentro dessas mesmas famílias.

Aos meninos restou rebolar menos, até porque isso, em demasia é proibido aos homens, cabendo-lhes apenas reproduzir à exaustão os movimentos alusivos ao coito. Aprendem, ainda, a passar cerol na mão, que um tapinha não dói e que as mulheres são cachorras ou eguinhas.

Com naturalidade é que a mídia expõe tais acontecimentos sob a batuta que rege a orquestra da violência, com todas as sinfonias horrendas, tornando esta relação bem mais que presente no dia-a-dia da população.

Chega-se à insensibilidade ao tapa, à droga, ao sangue, àqueles que morrem de frio nas calçadas, habitam sob os viadutos ou favelas, aos que querem plantar e não podem, à extermínio dos índios, acelerada pela verminose, pela prostituição, pelo álcool e pelas doenças dos brancos.

Não se pode esquecer dos moribundos desatendidos nas filas dos hospitais ou dos idosos tratados como trastes pela Previdência Social, dos presidiários encarcerados em sistemas prisionais caríssimos e que não os recuperam para a vida social.

Diante de um quadro assim não se pode dizer que a pobreza é que gera violência. Algumas das cidades mais linearmente pobres têm índices de violência inferiores aos de ricas megalópoles. Os pobres de maneira geral são pacíficos, honestos e trabalhadores. Dir-se-ia até que são heróicos em sua resistência moral, que são melhores pagadores de suas dívidas, respeitadores de normas, cordatos no trato do dia-a-dia.

Obviamente que há entre eles, criminosos, como há em todo lugar social. Certamente pelo imenso contingente populacional de pobres em um país como o Brasil, a presença de delinqüentes nessa classe é superior.

O que gera violência e criminalidade, que tanto atemorizam a coletividade, não é a pobreza, mas o amalgamento da injustiça social com o consumismo desenfreado, como matriz ideológica onipresente. Consumir é preciso.

A Polícia como construtora da paz precisaria passar pela implementação de mecanismos de controle social que se sustentem tanto com a participação de órgãos formais

deste controle, quanto com a das instâncias de controle informal, entre as quais a escola e a comunidade.

Os modelos normativos e os mecanismos de controle social tradicionais estão sofrendo uma crise de legitimidade e de eficiência que conduz a repensar nossos modelos de referência, apostando na construção, menos conflitual e mais permanente, de um novo quadro normativo que conte com a responsabilização dos vários atores envolvidos em um determinado caso.

A situação reinante no seio da sociedade exige uma polícia ostensiva eficiente, eficaz e efetiva, no combate à criminalidade, vez que, integra a mobilização comunitária no enfrentamento da violência urbana.

A Instituição deve dispor em todos os escalões de comando, a visão operacional e inteligente, ensejando a aplicação judiciosa dos recursos humanos e materiais, objetivando combater de forma efetiva a escalada violenta da delinquência, promovendo realmente a segurança pública.

O quadro exige uma distensão da malha protetora do policiamento ostensivo, num esforço básico e inicial, bem próximo à população, seguido de vários e sucessivos recobrimentos das vulnerabilidades.

Este processo exige além da correta distribuição dos recursos materiais, aplicação do efetivo treinado e capacitado profissionalmente para o desempenho da missão, aonde o Policial Militar saberá ser e saberá fazer a coisa certa.

Tudo em razão de sua competência, que é a ação direta e discricionária; finalidade, que é a segurança pública; forma, que são os atos e procedimentos formais e informais; motivos, que são os riscos iminentes à ordem pública e objeto, que é a preservação e repressão a ações e processos que perturbem a ordem pública.

A Polícia Militar atua de maneira executória, discricionária e coercitiva na manutenção da ordem pública, ou seja, age com fundamento no Poder de Polícia.

O Poder de Polícia tem bases conceituais antigas e está consagrado entre os estudiosos de diversos países como uma necessidade que tem o Estado de suprir as lacunas que decorrem da impossibilidade de se tipificar, em sua totalidade, as restrições individuais em prol da convivência harmoniosa e pacífica da coletividade.

Ele é concernente muito mais à dinâmica multivariada da convivência social cujo controle não pode ser vinculado a normas precedentes. São as desordens cotidianas que impõem a necessidade de imediatamente contê-las, com o fim de se evitar danos coletivos relevantes.

O agente público deve ter em mente que o exercício do Poder de Polícia não pode ultrapassar os limites impostos pela constituição e pelas leis, sob pena de ser enquadrado no crime de abuso de poder.

A Instituição atua na prevenção da Ordem Pública como força de dissuasão pela presença tendo como missão típica a execução do policiamento ostensivo, com a finalidade de evitar a perturbação potencial da Ordem Pública.

Como força de dissuasão atuará com missão específica de policiamento operativo no caso de perturbação iminente da Ordem Pública. Como força de repressão por contenção atuará com missão específica do policiamento operativo no restabelecimento da Ordem Pública, contendo a perturbação deflagrada.

2.1.3 A Polícia Militar do Paraná e os Direitos Humanos

Como escreveu Max Weber, “o Estado contemporâneo é uma comunidade humana, que, nos limites de um determinado território reivindica para si, e com êxito, o monopólio do uso da violência legítima”. Tal reivindicação, de maneira prática, sustenta-se pela criação de uma força pública capaz de coibir ou conter qualquer outra manifestação de violência. Esta força pública é chamada, mais comumente, de polícia (citado por BALESTRERI).

A polícia, além de ser definida por esta capacidade de coibir outras formas de violência, deve servir a determinados valores, determinadas finalidades, que lhe são atribuídas, através dos textos legais, pela própria sociedade.

O ensaio de um autor francês (D. MONJARDET, 1996, citado por BALESTRERI) fez notar que o instrumento policial é sem conteúdo próprio e por isso lhe deve ser atribuída, de maneira externa, uma finalidade para orientar sua atuação. No Brasil, esta finalidade esta esposada na Carta Magna da Nação em seu art. 144.

Ainda neste estudo, foi apontado com base na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que para a garantia desses direitos é necessário uma força pública em proveito de todos. Essa garantia constitui-se na razão de ser do organismo policial.

Uma coisa é se colocar os Direitos Humanos como aquilo que a força pública deve garantir, outra coisa é colocá-lo como aquilo que deve ser respeitado no decorrer de sua atuação. No primeiro caso, representa a finalidade principal a ser perseguida e no segundo, determina simplesmente um quadro, uma limitação, aferente às ações policiais, cuja finalidade é definida em outros termos.

Para representar as idéias e características de uma polícia cidadã, dado que a força pública não contém em si própria uma função social, a instituição polícia combina três elementos ou modalidades de atuação distinta, dependendo dos objetivos diferenciados que lhe são atribuídos.

Como primeiro tipo há uma polícia de ordem ou de soberania, que constitui o braço armado do Estado para a manutenção da ordem interna. É a polícia que sustenta o poder político, que controla e reprime os movimentos subversivos da ordem democraticamente estabelecida, que se informa sobre complôs e protege fronteiras. Esta polícia, de certa forma, esta acima e fora da sociedade.

Como segundo tipo, temos a polícia criminal, que utiliza os próprios meios e força de atuação para reprimir os segmentos da sociedade que recusam as leis. Este tipo de polícia se encontra parcialmente integrada à sociedade, porém sobre um determinado segmento social, o que se põe fora da lei.

Como terceiro tipo há a polícia urbana, comunitária, próxima dos cidadãos, que é a encarregada de proteger a tranquilidade, a paz pública, intervir nos conflitos pessoais, regulamentar o trânsito, etc.

É a polícia que se constitui na própria sociedade, da qual faz parte, e na qual pode agir de maneira eficaz e unicamente pela sua própria integração. Ela se caracteriza pela presença, permanência e capacidade imediata de ação preventiva.

2.1.4 O ensino e a instrução na Polícia Militar do Paraná

A missão operacional do Policial Militar exige uma correta formação na área de ensino, a qual está a cargo da Diretoria de Ensino conforme preconiza a legislação em vigor. A execução é através do Plano Anual de Ensino que estipula a forma de realização e desenvolvimento para se atingir os objetivos da formação profissional.

A missão desempenhada pelo Policial-Militar na área da segurança pública não é só importante e necessária para a manutenção da ordem pública, mas também para a sua restauração no caso de perturbação pelos mais diversos motivos, quer sejam ocorrências, crimes, movimentos sociais, calamidades públicas quer eventos diversos.

As missões designadas ao Policial Militar exigem que seu treinamento e capacitação profissional sejam adequados, atualizados e aplicáveis, para que ele possa atuar de modo preventivo, repressivo e operativo contra qualquer forma de ameaça de perturbação da ordem pública.

O resultado é o cumprimento dessas missões dentro do limite da legalidade permitida sem a ocorrência de abusos, que resultam em danos à imagem da Corporação no seio da sociedade e um combate efetivo às ações perturbadoras de tranquilidade pública.

As evoluções nas áreas do conhecimento têm oportunizado várias correntes pedagógicas, conceitos e equipamentos para a execução de treinamentos. Estes podem ser inclusive à distância, o que traduz mais rapidez na transmissão dos diversos assuntos, com interfaces de diálogo on-line para o esclarecimento das dúvidas.

Para a Instituição importa ter um programa de treinamento e capacitação profissional de seus efetivos que venha a ser aplicado de forma coordenada, por períodos pre-determinados, devidamente verificados e ao final avaliados quanto à sedimentação do conhecimento.

A área de Ensino se encontra estruturada através das Diretrizes emanadas pelo Comando da Corporação e cumpridas através da Diretoria de Ensino que possui em sua estrutura os órgão de apoio: Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), Centro de Ensino e Instrução/Comando do Corpo de Bombeiros (CEI/CCB), Centro de Educação Física e Desportos (CEFID/PMPR), as OPM/OBM com encargos de ensino e o Colégio Professor Felipe de Souza Miranda (COPM/PMPR).

São também considerados órgãos de apoio à atividade de ensino, as Unidades Operacionais dos Comandos Regionais e as Unidades de Bombeiro Militar que possuem Núcleos de Formação, os quais estão distribuídos na Capital e no Interior do território paranaense.

A Instituição não conta com um sistema organizado na área de instrução da mesma forma que o ensino, ficando a cargo da 3ª Seção do Estado-Maior, através da Subseção de Ensino e Instrução a missão de planejar, distribuir e fiscalizar a atividade instrucional nas diversas Unidades.

Na prática, tal missão não vem sendo cumprida e o que se vê em muitas Unidades é que a tropa sequer é reunida para esta atividade e até a tradicional passagem de serviço não é mais realizada na sede da UOp.

Nesse momento era comum aos Oficiais que assumiam a atividade operacional na jornada ou no turno, acompanhados de sua guarnição, debater assuntos ligados ao serviço, a missão operacional, os cuidados e o cumprimento dentro da legalidade no decorrer da atividade, o que proporcionava um contato aproximado e o fortalecimento do espírito de corpo.

A ausência da atividade instrucional à tropa tem causado um distanciamento entre o Comando da Unidade e o efetivo que realmente desempenha a atividade operacional, causando descumprimento de ordens, de objetivos, de missões específicas, desaguando em resultados caóticos e a Instituição se limita a cobrir espaços reclamados pela opinião pública ou pela mídia influente nos dias atuais.

Para agravar ainda mais este quadro, há diluição do poder de comandar de um Comandante de Unidade Operacional, que hoje em sua maior parte se limita a fornecer os meios materiais e humanos. O cumprimento de projetos idealizados para a Instituição PM, cujas diretrizes e objetivos são externos, vem a propiciar uma divisão do efetivo em comandos subordinados, mas sem sua ascendência operacional, somente ascendência administrativa.

A prática vigente de se executar projetos sob diversos nomes e sem consistência operacional e administrativa que perpassa de um governo para outro, tem levado a Polícia Militar do Paraná a navegar por diversos rumos, perdendo ao longo desse tempo sua identidade operacional, doutrinária e administrativa.

A instituição Policial Militar é fundada em princípios basilares de hierarquia, disciplina, leis, decretos, portarias, notas e ordem superior, dentre outros, obedecendo ainda

a uma doutrina de emprego que é ensinada ao iniciante nas fileiras da tropa e deve acompanhá-lo ao longo de sua carreira.

Caso essa doutrina de emprego se modifique ao longo do tempo e não seja devidamente ensinada, treinada e avaliada, causará distorções e desvios de comportamento, cujo resultado se fará sentir ao longo do tempo e com desvirtuamento de princípios norteadores da aplicação da tropa no policiamento ostensivo.

A tropa não responde a um plano, diretriz, nota ou ordem na mesma intensidade e forma, em todos os lugares onde possa haver um policial-militar em serviço, respeitadas as proporções do Estado do Paraná, a facilidade e rapidez na difusão do conteúdo, a disponibilidade do efetivo em serviço, descanso, folga, férias ou outras licenças.

Soma-se, ainda, a essas probabilidades o grau de motivação do homem para a realização da missão que lhe é atribuída, o comprometimento com os objetivos institucionais, a busca da melhoria da qualidade na prestação do serviço e não se pode ignorar que o fiel da balança é dispar ao se considerar os benefícios em relação aos interesses.

Um fator importante que vem dificultando a aplicação de instrução à tropa de forma doutrinária e única, sob o título que venha a ser proposto, como exemplo: treinamento operacional, capacitação profissional, readequação de emprego operacional, instrução modular, instrução programada de manutenção ou qualquer outro, é a diversidade de comando operacional com o fracionamento em diversos efetivos menores.

Como agravante a este quadro, tem-se a aplicação em escalas diversas e com doutrinas diferenciadas, mencionadas como modernas, dentro de uma mesma Unidade Operacional, mas, com comandos muitas vezes exercidos fora do espaço de responsabilidade territorial ou até mesmo por civis.

Os questionamentos que a Instituição recebe da sociedade no que diz respeito não só à qualidade na prestação do serviço operacional, a rapidez, a urbanidade do Policial-Militar, o encaminhamento correto no atendimento de um caso concreto, mas também na ausência de um policiamento ostensivo que privilegie a permanência do efetivo em determinada área, como fator de prevenção, são determinantes para a aplicação de um treinamento contínuo.

O cidadão moderno é, como poder-se-ia mencionar, um escravo dos meios de comunicação de massa, em razão do volume de informações que recebe diariamente.

Nesse contexto maciço que lhe é injetado em grandes doses, a delinquência e seus agentes tomam o maior e os mais novos espaços.

Na obra Mensagens Profissionais, DE ALMEIDA (1987, p. 09), já questionava como seria a situação social quando os delinquentes quisessem se apossar da cidade ou quando quisessem aqui fazer escola?

O Policial-Militar não fica alheio a isso, nem às suas consequências, pois é ele quem vai coibir a violência e a criminalidade nas ruas, aplicando os conhecimentos sedimentados nos bancos escolares juntamente com aqueles que recebeu como treinamento através das instruções teóricas e práticas.

Não atuando nas causas, mas, sim nos efeitos da violência e criminalidade, os meios que dispõe para o cumprimento de sua missão, muitas vezes não são os mais adequados e recomendados para a situação presente.

Alia-se a isso o seu deficitário treinamento e pouca disposição para o encaminhamento correto da ocorrência, levando-o a improvisar ou agir de acordo com seu entendimento, os quais poder-se-ão traduzir ao final, em um resultado danoso para as partes envolvidas e no abalo da imagem da Instituição no seio da sociedade paranaense.

2.2 A SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP

A Secretaria Nacional de Segurança Pública é um órgão de âmbito nacional, criada em 1998 e tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações:

2.2.1 Apoiar a modernização do aparelho policial do País;

2.2.2 Ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG -;

2.2.3 Efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais;

2.2.4 Estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública;

2.2.5 Realizar estudos, pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes.

Um dos objetivos estratégicos da SENASP, apesar de não ter a responsabilidade da execução de ações operacionais no controle da violência e criminalidade, é promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas organizações de segurança pública de todo o País, em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

A avaliação dos resultados alcançados até o presente momento, permite concluir que as ações executadas no cumprimento do planejamento estabelecido, tem indicado as soluções mais apropriadas para os principais problemas da área de segurança pública.

Um dos instrumentos de apoio a essas ações é a Matriz Curricular Nacional com o objetivo de padronizar os processos de capacitação dos policiais em todos os estados brasileiros, tendo como um dos principais eixos a valorização dos Direitos Humanos, a cidadania, a formação e a capacitação continuada, humana e profissional dos diferentes atores sociais, a construção democrática de saberes renovados, as questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das Instituições e do Corpo Social, a integração, a interdisciplinaridade, a capilaridade, a universalidade e a especificidade, a articulação, continuidade e regularidade e finalmente, a qualidade.

Os conteúdos formativos propostos, chamados eixos articuladores dão origem à reflexão sobre o papel individual, social, histórico e político do profissional e das instituições de segurança pública.

As bases filosóficas foram consolidadas ao longo do tempo e as Academias de Polícia incentivadas a adequar suas diretrizes em consonância com a política adotada pela Matriz.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública teve a sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 5.535, de 13 de jun. 2003, tendo por endereço a Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, 5º andar, Sala 500, Brasília, Distrito Federal, sendo responsável o Sr Luiz Fernando Corrêa.

A competência da SENASP esta descrita no citado Decreto, assim descrito:

I - assessorar o Ministro da Justiça na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;

II - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública.

III - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública referentes ao setor público e ao setor privado;

IV - promover a integração dos órgãos de segurança pública;

V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

VI - promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, âmbito nacional e internacional.

VII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e violência;

VIII - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;

IX - exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral da Polícia Federal;

X - implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG;

XI - promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP - e

XII - incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública”.

2.3 A VISÃO ESTRATÉGICA DA SENASP

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão de implementação da política e programas de segurança pública do Ministério da Justiça gastou boa parte de suas ações iniciais para obter a adesão dos governadores ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A resistência mostrou-se reduzida nos Estados, principalmente, porque a adesão seria necessária para se pleitear os recursos financeiros do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O tempo se encarregou de mostrar que era apenas mais uma inútil carta de intenções pelo fato do SUSP, sem prioridade e com poucos recursos, era uma marca que deveria pegar para demonstrar a diferença do novo governo.

Suas idéias não tinham normas claras de como seriam implantadas, nem havia argumentos persuasivos para convencer Secretários da Segurança, Comandantes das Polícias Militares e Chefes de Polícias Cíveis das 27 unidades federativas, a aderir ao sistema único.

Nos sucessivos contatos e seminários realizados foi constatado alto grau de rejeição de suas principais idéias, de incompreensão sobre o significado do SUSP e a constante intenção de se impor modificações unilaterais.

Apesar de toda a evolução institucional brasileira, com o término do ciclo dos governos militares e a edição de nova Constituição Federal em 1988, a estrutura policial

continua exatamente a mesma, agindo autonomamente e resistindo às mudanças em profundidade.

2.4 A BAIXA PRIORIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, inicialmente, fora concebida com status de ministério para ampliar a capacidade política no desempenho de suas funções de coordenação e implantação dos programas federais de incremento e desempenho das polícias.

Surpreendentemente, viu-se severamente enfraquecida ao perder a condição de área estratégica (Decreto nº. 4591, de 10 de fev. 2003) e ver seu quadro funcional reduzido (Decreto nº. 4685, de 29 de abr. 2003).

O Fundo Nacional de Segurança Pública como principal instrumento de indução da melhoria das condições de desempenho das organizações policiais sofreu fortes cortes de seus recursos.

Pelos estudos do Banco Mundial, o custo anual da violência no Brasil chega a 7,5% do produto interno bruto, cerca de cento e cinquenta milhões de dólares, por dia.

Foi estimado que em 2002 a necessidade anual de investimentos do Governo Federal nas Polícias Estaduais (basicamente equipamentos, sistemas, treinamento e programas de redução de violência nas áreas críticas), em torno de oitocentos milhões a um bilhão de reais, próximo a três dias de custo da violência no país.

Não há um só dado que justifique essa baixa prioridade ao problema. O Brasil é um país dos mais violentos do mundo. Pesquisa que está sendo concluída pelo escritório da Unesco no Brasil aponta que as mortes violentas continuam crescendo a razão de 5% ao ano, cerca de três vezes o crescimento da população, e afetam a todos os Estados da Federação.

O tráfico de drogas que domina extensas áreas das principais regiões urbanas e afeta outras modalidades criminosas, tornou o Brasil o segundo maior consumidor mundial e um dos maiores centros de movimentação de cocaína. Estima-se que o país consuma cerca de cinquenta toneladas de cocaína e exporte outro tanto por ano.

O conjunto de atividades criminosas rotulado de pirataria constitui uma rica atividade de negócios com arrecadação de quase trinta bilhões de reais por ano. O setor de bebidas

sonega algo em torno de um e meio a dois bilhões de reais por ano; os cigarros clandestinos respondem por evasão fiscal de mais de trezentos milhões ao ano; outros trezentos milhões em arrecadação são perdidos por conta dos cento e quinze milhões de CDs piratas que consomem cerca de cinquenta e seis mil postos de trabalho informal. Com apenas redução de 25% da pirataria no setor de informática, o país deixaria de perder um bilhão e setecentos milhões de reais ao ano e poderia gerar cerca de vinte e cinco mil novos empregos.

Na falta de recursos e estratégias eficazes para prevenção e redução da violência, muitos políticos e autoridades acabam enfatizando uma retórica populista de repressão ao crime que produz uma ciranda de morte de todos os lados: delinquentes, policiais e civis inocentes. O uso excessivo da força letal é constatado por indicadores consagrados pelos estudiosos internacionais.

A precariedade do sistema de seleção, formação, treinamento, supervisão, disciplina, corregedoria ativa, controles externos e baixos salários têm incrementado excessivamente a vulnerabilidade das polícias, não só à violência como também à corrupção, inclusive aquela vinculada a grupos criminosos.

A ineficiência da investigação das polícias é uma regra nacional, confirmadas pelas raras e pontuais exceções. Como o homicídio, em qualquer polícia do mundo, é o crime com maior incidência de esclarecimento de autoria, pode-se imaginar o quanto a impunidade estimula e protege os criminosos neste país.

O fato dos presídios se encontrarem superlotados, apesar da impunidade reinante, é revelador dos equívocos, estratégias e deficiências dos investimentos nas áreas de prevenção e repressão criminal.

Com poucas exceções, as polícias no Brasil têm dificuldade de diagnosticar suas dificuldades básicas, planejar e implantar programas de modernização e melhoria de desempenho. Devido a essas deficiências, muitos Estados da Federação devolvem ao Tesouro Nacional os recursos não aplicados no prazo estipulado, pagando juros e correção.

Como foi constatada, a gravidade das condições de segurança no Brasil não foi afetada pelas modestas ações do governo federal. A idéia de que a nova marca da segurança, o SUSP, e seus conceitos de integração das ações e recursos das Polícias Estaduais, Polícia Federal e Guardas Municipais sustentariam um novo tempo, de um eficiente trabalho cooperativo, não encontrou eco na realidade das polícias que continuam exatamente nos mesmos patamares.

Com custosas iniciativas espetaculares, como os investimentos na Força Nacional de Segurança, deixa-se de investir em ações básicas para melhorar a eficiência e a eficácia das polícias como programas de reciclagem anual dos policiais estaduais (40 horas/ano); treinamento de tiro (200 tiros/ano) e em manuais básicos de planejamento administrativo e operacional, de investigação em locais de crime, de métodos de inteligência, de análise de dados criminais, de articulação com esforços de prevenção, entre outros.

2.5 A SENASP E OS INVESTIMENTOS NA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS POLÍCIAS

Enquanto se discutem medidas para reduzir as desigualdades, reparar o aparato judicial que dispõe de 7,7 juízes para cada grupo de cem mil habitantes, custa seis vezes mais que o bom sistema judiciário espanhol.

Para agravar o quadro atual, o Congresso Nacional não se interessa em dar ordens nas dezenas de projetos relativos à segurança pública, restando aos Governos federal e estaduais, refinar o diagnóstico de necessidades e as ferramentas convenientes, inclusive, estudar os modelos brasileiros em aplicação, que estão dando resultados satisfatório e podem ser referência para os demais Estados. Seguramente os investimentos no aparato policial e a reforma das estruturas atuais dariam mais velocidade na obtenção de resultados do controle criminal.

A experiência na Secretaria Nacional de Segurança Pública mostra o potencial do Governo Federal para fomentar a modernização das polícias brasileiras, orientando a racionalização dos custos e ampliando sua capacidade de oferecer respostas na redução e controle da criminalidade.

Uma polícia bem organizada, motivada e dotada de instrumentos modernos de planejamento – como é o caso da tecnologia da informação para dar suporte às atividades de inteligência e do planejamento operacional – pode ser importante fator na redução concreta e imediata da impunidade em razão de que todo o edifício da justiça criminal se apresenta nas ruas através da ação policial.

No Brasil, esta ação é bastante complexa enquanto tem que se operar com o ajuste das duas polícias estaduais e a interface delas, em algumas situações, com a Polícia Federal.

É importante que as ações tenham em vista a estratégia da focalização, não só de áreas críticas, como também de providências efetivas, com uma cooperação sinérgica direcionada a um foco de resultados essenciais, que evite a dispersão de recursos e esforços.

2.6 AÇÕES CRÍTICAS E ESSÊNCIAS

Uma primeira medida importante seria dinamizar a Secretaria Nacional de Segurança Pública para orientar suas ações e recursos à capacitação das polícias em reduzir a incidência de crimes, promovendo o desenvolvimento de modelos de organização, de gestão e de processos mais eficientes e eficazes para as polícias.

Nesse sentido, deve ampliar suas responsabilidades no treinamento de habilidades e processos críticos como o diagnóstico de problemas criminais, o planejamento e coordenação de programas operacionais, a competência policial em lidar com conflitos e uso da força, os processos produtivos de relacionamento comunitário.

O desenvolvimento de alta capacitação em sistemas de inteligência e de produção de provas nos processos de investigação de autoria de crimes deve ser uma obsessão com sólidos e abrangentes programas.

Com os recursos financeiros e possibilidades de criar comissões, podem ser desenvolvidas soluções práticas para ofertar aos Estados da Federação, incentivando a implantação com financiamento de Fundo Nacional de Segurança Pública.

Como exemplo, no final do ano de 2002, uma comissão integrada por policiais e técnicos experientes desenvolveram parâmetros para estruturação dos centros integrados de operação, unificando as atividades de atendimento de emergências das polícias e corpo de bombeiros.

Outros estudos realizados por comissões especializadas integradas por policiais e especialistas oferecem padrões de referência práticos para fomentar a eficiência e a eficácia das polícias, como a seguir:

2.6.1 Critérios para a divisão de áreas integradas de responsabilidades de unidades básicas das polícias; utilização de setores censitários; a análise de fatores como áreas, população, índices criminais e fatores geográficos e sociais para a segmentação de jurisdição do trabalho policial.

2.6.2 Formatação de um distrito policial modelo: estrutura, organização, processos, métodos de trabalho, cargos e tarefas, com incumbências para policiais civis e militares e normas para regular a interface e integração.

2.6.3 Organização básica de polícia territorial: estruturas equivalentes e mais racionais para as duas polícias, substituindo as atuais divisões de supervisão das polícias (seccionais, regionais, batalhões, etc.), com incumbências claras e pre-definidas para policiais civis e militares, normas para regular a integração e inclusive com os aparatos de perícia criminal.

2.6.4 Organização das principais estruturas especializadas de policiamento ostensivo e de investigação e suas interfaces com as unidades territoriais de ambas as polícias.

2.6.5 Elaboração de métodos de diagnóstico, planejamento e implantação de atividades operacionais de policiamento ostensivo e de investigação, com produção de materiais (manuais, vídeos, programas de ensino à distância) para treinamento contínuo.

2.6.6 Organização e processos de trabalho para corregedorias, ouvidorias e disques-denúncias.

2.6.7. Organização e modelos de coletas e processamento integrado de dados criminais e de estatísticas.

2.6.8 Organização de modelos de legislação única para as polícias estaduais, inclusive de normas disciplinares, para superar as normas excessivamente diferenciadas hoje existentes e que ajudam a distanciar as organizações policiais.

2.6.9 Sugestões e incentivos financeiros para o desenvolvimento de estruturas e programas para desenvolvimento de recursos humano nas polícias.

2.6.10 Criação de núcleos regionais da SENASP para acompanhamento nos Estados da Federação quanto a diagnóstico de necessidades (dimensionamento de áreas críticas, equipamentos, treinamento, assessoria), implementação dos programas de integração, implementação dos sistemas padronizados de estatística criminal, de acompanhamento e auditoria da implantação dos programas financiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, promoção de atividades de integração e cooperação técnica e operacional entre os membros da região, promoção da integração das polícias estaduais com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e outras agências federais.

2.6.11 Implantação do programa de redução de homicídios em face da alta incidência deste delito que se constitui num dos mais graves problemas da sociedade, sendo, portanto,

uma das mais sérias responsabilidades da polícia. Esse programa deve estabelecer objetivos claros e concretos: sintetizar o diagnóstico crítico do problema; definir as áreas prioritárias e a distribuição dos recursos; estabelecer as formas conjugadas de atuação das polícias civil, militar e os peritos criminais nos Estados da Federação; definir as diretrizes operacionais que orientem as decisões locais; prever os apoios das unidades especializadas; estabelecer normas e orientações para a integração com as comunidades e a contínua avaliação do desempenho.

2.6.12 Continuidade do programa de redução de armas de fogo em razão dos resultados alcançados em uma primeira fase que apresentou a redução do número de homicídios com o uso dessa arma em vários Estados da Federação. As polícias devem exercer contínua fiscalização e ações efetivas para a retirada de circulação de armas ilegais, procedendo na continuidade às investigações das pessoas, rastreamento e a apreensão.

2.6.13 Implantação do programa de prevenção e repressão ao uso de entorpecentes que deverá abranger as atividades atuais da Secretaria Nacional Antidrogas e a coordenação das atividades executadas pela Polícia Federal com as ações realizadas nos Estados. Deverá ser criado um sistema de troca de informações e de habilitação de policiais para investigação e repressão ao tráfico.

2.6.14 Promoção da integridade policial para promover a integridade nas polícias e reduzir a vulnerabilidade à corrupção; estabelecimento de procedimentos padronizados de investigação de candidatos a ingresso nas polícias; sistema de vigilância e controle de comportamento desviante dos policiais; currículos e procedimentos sobre ética profissional para as academias; estruturação e processos de trabalho para as corregedorias e ouvidorias; procedimentos e sugestões de projetos de lei para investigação e processos ágeis de policiais corruptos.

2.7 PROGRAMAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍCIAS

Embora muito possa ser feito para melhorar a segurança pública com as atuais estruturas e recursos é necessário se programar o aperfeiçoamento institucional de nossas polícias.

O atual sistema de duas polícias estaduais – civil ou militar – é obsoleto e impõe dificuldades excepcionais para o desempenho necessário no controle do crime. O sistema de polícia única é um imperativo de racionalidade de recursos e potencialização de desempenho.

No Congresso Nacional está tomando corpo o projeto de “desconstitucionalização” da segurança pública, deixando aos Estados a decisão de unificar as atuais polícias, manter as duas atuais ou criar várias polícias regionais, desde que todas pudessem realizar tanto o policiamento ostensivo como a investigação, o denominado ciclo completo de polícia.

É necessário inverter o atual processo em que as autoridades do Governo Federal preferem inutilmente investir na integração das polícias para cogitar depois de posterior unificação.

Institucionalizar essa integração num único corpo organizacional seria a melhor solução para uma polícia sem adjetivos, nem militar, nem judiciária. Partindo-se de uma mudança constitucional prevendo polícia única, com disposições transitórias de integração a serem desenvolvidas num prazo de, aproximadamente, quatro anos. Os recursos seriam aplicados onde houvesse os avanços mais rápidos e significativos, tendo como fonte o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Deve-se tomar de início a decisão clara e compartilhada com os governadores de alterar a Constituição Federal, criando a polícia única e estabelecendo prazo e condições para sua completa realização. Em seguida, os Estados assinarão convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, para obtenção de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O Ministério da Justiça desempenharia papel fundamental nesse processo de transição, orientando padrões de legislação, de organização das polícias, de treinamento e metodologias de planejamento operacional voltados para a redução de criminalidade, principalmente através de sistemas de inteligência criminal e de integração com ações comunitárias.

Não se pode tolerar que em pleno século XXI tenha-se que fazer malabarismos institucionais e desperdiçar recursos escassos para tentar melhorar uma estrutura policial obsoleta, organizada no início do século passado.

A Polícia Federal seria incluída no Plano Nacional de Segurança Pública a fim de adotar determinadas providências que visem melhorar sua capacidade de resposta à sociedade.

É importante a criação de uma auditoria sobre sua estrutura administrativa e financeira, a gestão dos recursos humanos e a programação de desenvolvimento de recursos para os anos vindouros, mapeamento de suas demandas operacionais e o ajuste de programação de suas prioridades.

As atividades burocráticas com estrangeiros e emissão de passaportes e a fiscalização de empresas de segurança privada deveriam ser atribuídas a outro órgão do Ministério da Justiça.

É necessária a expansão das delegacias federais nas cidades de médio porte, o fortalecimento dos núcleos de inteligência e de combate ao crime organizado, criação de estrutura formal para articulação permanente com as forças policiais locais, sistematização de dados de inteligência numa central integrada com os bancos de dados criminais e com o sistema digital de impressões digitais.

2.8 O ENVOLVIMENTO DAS PREFEITURAS

Não se pode mais imaginar que possa haver sensível redução e controle da violência sem uma estrutura cooperativa eficiente entre Governos Federal, Estaduais e Municipais, organizações sociais não governamentais, lideranças empresariais e comunitárias locais.

A necessária convergência, combinação e sinergia dos múltiplos recursos e esforços, devem superar as controvérsias quanto às competências legais, estratégicas e administrativas dos diferentes centros de poder.

A segurança, como resultado do esforço conjunto, deverá ser menos politizada partidariamente, mais integrada e considerar cada vez mais as peculiaridades locais, típicos das características dos problemas e recursos.

A redução e prevenção da violência demandam, além da ação da polícia, um complexo de providências sociais, educacionais e assistenciais que devem ser desenvolvidas tanto pelos prefeitos, quanto pelo Estado e pela sociedade.

As providências só apresentam resultados palpáveis se forem intencionalmente planejadas e coordenadas em seu conjunto de decisões e ações com integração de análise dos problemas, alavancagem de recursos, implantação de programas de redução e prevenção da violência, eficácia do aparato policial finalizando com resultados favoráveis que a sociedade espera de suas instituições públicas.

2.9 A REDUÇÃO DA IMPUNIDADE

Existem outras áreas críticas do sistema de controle social que devem ser cuidadas, porque as mudanças na polícia precisam de complementos em outros setores da justiça criminal.

A questão da impunidade interage fortemente com as oportunidades geradas por um conjunto de fatores que abrange desde o comportamento das vítimas, a percepção de áreas livres decorrentes da desordem urbana, a vigilância inepta do policiamento ostensivo, os casos de sucessos de crimes decorrentes da ineficiência da repressão investigativa e as oportunidades oferecidas pelas brechas na legislação e na justiça criminal.

Deve, ainda, ser alvo de ação pública o rigor de penas e o agravamento das condições prisionais aos violentos, aos reincidentes e aos articuladores de grupos e organizações criminosas.

A legislação criminal, a processual, a execução penal e o sistema prisional devem ser objetos de evolução institucional que possibilite punir rapidamente os corruptos e isolar eficazmente os criminosos perigosos.

Da mesma forma, deve-se assegurar a punição e o investimento na recuperação dos criminosos de baixa periculosidade através de penas alternativas ao encarceramento.

3 LEGISLAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil no Capítulo III – Da Segurança Pública- em seu art. 144 define a segurança pública e atribui às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares a competência para o exercício efetivo da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Em seu parágrafo 5º institui a missão de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além das atribuições definidas em Lei.

No âmbito federal, o Decreto-lei nº. 667, de 02 de jul. 1969, reorganizou as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e deu outras providências. Posteriormente foi alterado pelo Decreto-lei nº1.406, de 14 de jun.1975; Decreto-lei nº2.010, de 12 de jan. 1983 e Decreto-lei nº. 2.106 de 06 de fev. 1984, o qual prescreve que o ingresso ao quadro de Oficiais será feito através do curso de formação de oficiais da própria Polícia Militar do Paraná ou de outro Estado da Federação.

O Decreto-lei nº. 667, de 30 set. 1983 (R-200) aprovou o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, sendo alterado posteriormente pelo Decreto-lei nº. 95.073, de 21 de out. 1987, dentre outras providências dava subsídios para o funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS.

Consta, ainda, nesta esfera, a Diretriz para o Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares Independentes, Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos e Normas para Distribuição de Vagas.

No âmbito estadual, a Lei nº. 6.774 –Lei de Organização Básica da Polícia Militar – de 08 de jan. 1976, dispõe sobre a estrutura, organização, competência, dentre outras providências, tem sido aplicada para regular as atividades da Instituição.

Em seu art. 11, parágrafo 1º dispõe sobre a organização do Estado-Maior, definindo-o como órgão de direção-geral, responsável perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comandante-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões.

Esse dispositivo legal assevera ainda no mesmo artigo e parágrafo, na letra “c” a competência da 3ª Seção (PM/3) para os assuntos relativos às operações, ensino e instrução.

Como se observa o legislador atribuiu importância ímpar a atividade de instrução para a tropa PM tanto assim é que colocou esta atividade como apêndice a uma Seção de Estado-Maior, no plano estratégico de Comando, e lá permanece até os dias atuais.

No art. 12, parágrafo 1º, letra “a” esta consignada a Diretoria de Ensino como órgão de direção setorial de ensino. Incumbe-se do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento, atualização, especialização de Oficiais e Praças. No mesmo texto legal, em seu capítulo III, art. 23, estão elencados os órgãos de apoio ao ensino.

A Academia Policial Militar do Guatupê é órgão de apoio e estabelecimento de ensino formal, destinado à execução da formação, atualização, treinamento e capacitação profissional, aperfeiçoamento e especialização dos Oficiais da Instituição, de Corporações Policiais-Militares e Bombeiros-Militares de outros Estados da Federação, Oficiais das Forças Federais, Civis que atuam na área de Defesa Social e de Instituições Militares de outros países, notadamente, da América do Sul.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças é o órgão de apoio e estabelecimento de ensino formal, destinado à formação, aperfeiçoamento, especialização, treinamento e capacitação profissional das Praças da Corporação e de outras Instituições Policiais-Militares e Bombeiros-Militares da Federação, e ainda de Praças Militares Federais e Civis que atuam na área de Defesa Social.

Colégio da Polícia Militar do Paraná - Cel. PM Felipe de Sousa Miranda - órgão de ensino e apoio destinado à formação dos dependentes dos Militares Estaduais, extensiva à sociedade paranaense de acordo com a disponibilidade de vagas. Atua no ensino fundamental, médio e preparatório cívico-militar, funcionando de acordo com a preconização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Normas do Sistema de Ensino da PMPR, do seu Regulamento Interno e de normatizações da Secretaria Estadual de Ensino do Paraná, sob a supervisão administrativa da Secretaria de Segurança Pública.

O Centro de Ensino e Instrução é órgão de apoio de ensino vinculado organicamente ao Comando do Corpo de Bombeiros e encarregado da formação técnica, instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como da formação de pessoal civil para atuação na área preventiva de combate a incêndios e guarda-vidas.

O Centro de Educação Física e Desportos é órgão de apoio ao ensino e instrução destinado ao controle e execução de atividades de educação física e desportos, bem como a

execução do planejamento da participação em competições esportivas de interesse da Instituição.

Serão considerados como órgãos de apoio na Instituição, as OPM/OBM com encargos de ensino quando atuarem como Núcleos de Ensino, na formação ou especialização do efetivo.

A Lei Estadual nº. 2.526, de 09 de dez. 1955 criou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar e o Decreto nº. 4.509, de 21 de out. 1961 aprovou o Regulamento; a Lei nº. 4.855, de 30 de mar. 1964 dispõe sobre o Curso de Oficiais de Administração.

O Decreto nº. 4130, de 16 fev. 1967 dispõe sobre a duração três anos para o Curso de Formação de Oficiais e a exigência do 2º grau; Decreto nº. 4.509, de 21 de out. 1961 regula o Curso de formação de Sargentos, Cabos e Soldados, posteriormente alterado pelo Decreto nº. 1791, de 15 de mar. 1976, pelo Decreto nº. 1950, de 21 de dez. 1962 e pelo Decreto nº. 1.080, de 14 de abr. 2003, e a partir do convênio UFPR/PMPR, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), concede ao formando a titulação de Pós-Graduado em nível de especialização *Lato Sensu* em Administração Policial; o Decreto nº. 4.949, de 1º de abr. 1982, regula o Curso de Oficiais de Administração e o Decreto nº. 5.064, de 17 de dez. 1988, em seu art. 1º instituiu o Curso Superior de Polícia (CSP) da Polícia Militar do Paraná.

A Resolução Conjunta nº. 003/92 – SEAD/SEPL/SEFA, Resolução Conjunta nº. 001/95 – SEAD/SEPL/SEPL/, Resolução Conjunta 002/96 – SEAD/SEPL/SEFA, que trata da forma de pagamento das aulas ministradas pelos instrutores e monitores e termo de compromisso firmado entre a UFPR e a PMPR, em 10 de ago. 1987, o qual regula as condições de seleção para o vestibular de ingresso ao CFO PM/BM.

A Diretriz Geral de Ensino da PMPR editada anualmente destina-se a estabelecer as bases para o planejamento e execução das atividades de ensino nos cursos de formação, adaptação, atualização profissional, aperfeiçoamento e especialização no âmbito da Instituição.

Esta Diretriz preconiza no seu art. 9º que o planejamento do ensino militar estadual, deve proporcionar visão panorâmica e um eficaz acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas nos Estabelecimentos de Ensino formais ou nas OPM/OBM com encargos de ensino, possibilitando a reunião de recursos didáticos, administrativos e operacionais indispensáveis ao seu completo desenvolvimento.

Para o cumprimento do disposto no referido artigo, a Diretoria de Ensino elabora na esfera de suas atribuições as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE), o Edital e o Plano Geral de Ensino. Estes documentos serão os balizadores da Proposta de Instrutores e Monitores, do Plano de Curso, dos Planos Didáticos, dos Currículos de Curso, dos Planos de Matérias, dos Planos Político-Pedagógico, do Relatório Final de Curso, do Relatório Anual de Ensino, do Termo de Matrícula, do Termo de Encerramento.

4 MODELO ATUAL DE POLÍCIA NO BRASIL

No Brasil, nos últimos vinte anos, com o recrudescimento da violência e da criminalidade, as questões referentes à segurança pública tem ocupado posição de destaque nas preocupações da sociedade brasileira.

De ponta a ponta do país, o agravamento do problema inspira um visível sentimento de insegurança em todos os estratos sociais, quase que em dose de síndrome coletiva.

Em algumas cidades brasileiras, especialmente nos grandes centros urbanos, a insegurança já assola a população em níveis que poderiam ser considerados calamitosos.

O aumento alarmante do uso e do tráfico de drogas ilícitas, a impressionante quantidade de armas de alto poder destrutivo em mãos de bandidos, a sofisticação do crime organizado e a impunidade estão contribuindo sobremaneira para o aumento desta sensação de insegurança.

Esta situação extremamente crítica torna inadiável a reavaliação do sistema de controle da violência e da criminalidade em funcionamento no país.

Trata-se de um modelo sem dúvida obsoleto, principalmente em virtude de aceleradas transformações sociais que não recebem a atenção devida.

Não tem havido nada mais do que discussões inócuas e oportunistas como contrapartida para enfrentar um problema que se apresenta cada vez mais fora de controle. Sobram corporativismos e discursos de pessoas e instituições pseudo-salvadoras da pátria, enquanto, a grave situação se amplia e se aprofunda perniciosamente na tessitura social brasileira.

Em meio a diversas instituições que formam, ou deveriam formar, um sistema de segurança pública abrangendo os três níveis de poder federal, estadual e municipal e com real função sistêmica, a polícia surge como instituição singular em razão da posição central que ocupa no sistema de convivência coletiva, o que os doutrinadores chamam de convivência pacífica e harmoniosa da população.

A idéia de paz e harmonia é sobrelevada muito além do mero cumprimento de leis ou da coerção quando do seu descumprimento por delinqüentes contumazes ou da idéia de polícia como entidade mais ampla e formada por subsistemas diversos que atuam segundo

suas finalidades específicas, como por exemplo, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal entre outras.

A legitimidade de um governo depende, em qualquer país, de sua capacidade de manter a ordem pública no seio das diversas comunidades e no território juridicamente submetido à autoridade do Estado, visto como um poder legitimado e legalmente constituído.

Se a ordem pública não for garantida, não há razão de existir o Estado, pois é a prestação de segurança, entendida como garantia da ordem, uma intransferível função-síntese do Estado, como entidade maior que as instituições que o compõem.

O interesse do Estado é superior em atender às necessidades sociais em detrimento de qualquer corporativismo isolado de segmentos da coletividade.

A polícia, em face de sua visibilidade e da coercibilidade que lhe é inerente, naturalmente motiva debates vários quanto à melhor maneira de coibir a violência e o crime e qual o modelo organizacional ideal para se atingir tal fim.

Quando há paz e desenvolvimento, pouco ou nada se fala da segurança pública ou dos órgãos que compõem o sistema, porém, em períodos de conturbação social é para eles que se voltam em avassaladora e muitas vezes desavisada cobrança.

A cultura da polícia brasileira está voltada mais em direção à proteção do próprio Estado do que para a proteção do cidadão, com efeito, da delicada questão que impera nas corporações do sistema de segurança ou da justiça criminal, o corporativismo, cristalizado pela Carta Magna de 1988.

O modelo já defasado, carcomido pelo tempo e incapaz de atender os reclamos dos brasileiros por uma segurança real, que deveria ser a finalidade precípua do Estado, bem como o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, encontra ainda mais barreiras em razão da ausência de ações saudáveis em defesa do cidadão.

No momento, não há que se pensar em modelos evolucionários, mas sim em mudanças revolucionárias apoiadas pelo planejamento e aplicação de novas estruturas e atividades estatais, com vistas à atualização das leis, do sistema judiciário e dos complexos penais brasileiros.

As discussões sobre reformas e reestruturações são lembradas quando algum cidadão da elite é atingido por um ato anti-social que repercute nacionalmente e como resultado, os infundáveis discursos, palestras, seminários, a criação de novas e apressadas leis,

que se apresentam falhas, incompletas e sem as medidas necessárias para que o problema seja enfrentado com soluções reais.

A realidade da polícia brasileira demonstra que os órgãos institucionais estão premidos por necessidades inadiáveis fazendo com que se distanciem de suas funções impropriamente cristalizadas na Constituição Federal de 1988, partindo para ações aleatórias, vagas, inconsistentes, formando um imbróglio de difícil compreensão.

As invasões de competências, em desrespeito à ordem constitucional vigente, são visíveis no dia-a-dia quando corporações policiais trajam uniformes improvisados para dar ostensividade às suas operações, como a Polícia Federal, a Polícia Civil, ou se utilizando de ações veladas, como a Polícia Militar ao atuar na investigação policial, com os serviços de inteligência.

Nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, as Polícias Militares exercem funções de polícia judiciária atuando no ciclo completo quando ocorrem fatos que a legislação penal estabelece como crimes de baixo potencial ofensivo, capitulados na Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 10.259/01, assim como nos crimes de trânsito com previsão na Lei n.º 9503/97, bem como na lavratura de flagrantes e inquéritos nos casos de crimes militares.

O modelo brasileiro de polícia administrativa e judiciária gera conflitos e traduz um funcionamento incompleto, improdutivo e por via de consequência as limitações em seus misteres funcionais, pois, as atividades são integrantes, interatuantes e inter-relacionadas como subsistemas afins de um sistema único.

Diversas tentativas de alterações no texto constitucional e da legislação infraconstitucional tramitam no Congresso Nacional ao longo dos anos e sem uma ação conclusiva, pois ora é o corporativismo, ora os conflitos irracionais, com a intenção de fortalecer as posições e o poder voltado para as próprias instituições e não para o interesse social.

Os discursos são vários e atingem tal grau de preconceito elaborado pelos lados conflitantes que inviabilizam discussões sobre o foco central do problema da segurança pública, pois a forma não segue a função, e as estruturas arcaicas, sobrepostas, improdutivas e imensuráveis, se arrastam ao longo dos anos.

Na verdade, não existe no mundo um modelo estrutural como o da polícia brasileira, (tanto civil como militar), atuando de forma incompleta, voltadas à sua própria sobrevivência,

quando deveriam atender às necessidades da população com ações efetivas de proteção ao cidadão.

O momento atual é muito mais de ação do que reflexão, pelo fato da existência de um consenso nacional, no sentido de mudanças estruturais significativas que venham a trazer resultados práticos na segurança pública.

A política é um processo dinâmico e interfere na segurança pública, por representar a vontade do povo e questiona o modelo atual que não atende aos reclamos sociais em face do recrudescimento da violência e a explosão dos índices de criminalidade no solo brasileiro.

A atuação das forças policiais divididas em polícia administrativa e polícia judiciária não esta conseguindo oferecer à sociedade, um grau de segurança pública desejável para a vida em comum, impondo urgentes ações para instituição de novo modelo capaz de enfrentar a crescente onda de violência e criminalidade.

4.1 A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A Segurança Pública é um bem democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um dos cidadãos da Nação.

Para a melhoria na qualidade da prestação dos serviços essenciais nesta área é necessária a reforma das polícias, com a finalidade de torná-las instituições eficientes, respeitosas dos Direitos Humanos e voltadas para a construção da paz.

Mais que isso: as comunidades desejam a presença plena do Estado em seus âmbitos federal, estadual e municipal, com todos os serviços elementares, o que inclui o lazer e a cultura.

Para isso é necessário que as políticas públicas de segurança acolham a participação multidisciplinar e interinstitucional, envolvendo, além dos policiais, outros setores governamentais, entidades da sociedade, movimentos sociais e organizações do terceiro setor, incluindo também a contribuição das universidades.

A busca pela construção da paz também depende da adoção de uma transformação estrutural nas ações de segurança pública: o enfoque privilegiado na lógica da prevenção e da gestão.

A intervenção efetivamente capaz de reduzir a violência e criminalidade é aquela que envolve ações em duas frentes: uma primeira, que busca alterar as condições propiciatórias imediatas, isto é, as condições diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar, e uma segunda, voltada para mudanças estruturais, cujos efeitos somente exercerão impacto futuro, na desaceleração das dinâmicas criminais.

Além disso, é preciso que as ações obedeçam aos seguintes princípios de gestão:

4.1.1 Diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco local e geral – sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e conjunturas;

4.1.2 Elaboração de um plano de ação capaz de formular uma agenda, identificar prioridades e recursos e estipular metas;

4.1.3 Avaliação de resultados e processos;

4.1.4 Monitoramento, que consiste na correção de rumos ditada pela constatação de erros.

A reforma das polícias deve estar associada, portanto, à constituição de um novo ângulo de abordagem problemática da segurança pública; à formação de um novo profissional para a gestão da política de segurança e a negociação de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais.

Todas essas mudanças devem ser acompanhadas por uma transformação gradual das polícias que inclua a revisão de alguns de seus valores fundamentais, de sua identidade institucional, de sua cultura profissional e de seu padrão de comportamento.

Deve-se verificar a transição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz; de uma visão excludente de mundo para um entendimento dialogal das funções policiais.

Afirmar que o cidadão é o destinatário dos serviços de segurança pública significa reconhecer que compete à polícia trabalhar pelo estabelecimento das relações pacíficas entre os cidadãos, respeitando as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnias, devendo criar ações de proteção aos direitos dos diferentes. Com isso, não se pretende a abdicação da força, mas seu uso – quando necessário – de forma técnica, racional e ética.

Nesse contexto, as polícias deixariam de praticar ações isoladas que identificam o cidadão como potencial inimigo, passando a admitir que, em um ambiente democrático, a segurança pública só pode operar articulada com as comunidades organizadas.

Atualmente, o isolamento e a negação deste trabalho evidenciam o distanciamento das polícias em relação aos destinatários dos seus serviços e ao contexto onde vivem, bem como, a ignorância em relação à natureza das outras corporações do sistema.

O sentido da segurança cidadã se traduz pela parceria dos órgãos de segurança com as comunidades na análise, planejamento e controle das intervenções.

Atribui-se, assim, um papel fundamental à cidadania, no funcionamento das organizações de segurança pública, a qual deve estar presente, controlando o cumprimento das metas, a lisura administrativa e, principalmente, a justiça na aplicação das medidas punitivas contra atos de abuso de poder e de violência cometidos pelos servidores da segurança.

Outro ponto de relevante importância é o que está relacionado ao uso da informação, pois há uma cultura arraigada nos meios policiais, que o seu domínio, significa poder. Tal procedimento impede a transparência da informação com a tendência de que o servidor que as possua não as compartilhe com os demais.

A implantação de um sistema único informatizado e a racionalização operacional e administrativa oriunda do uso desses recursos é a forma pela qual a informação poderá ser corretamente administrada.

Na atualidade, rejeitar esses instrumentos é confessar publicamente abdicação dos objetivos das polícias e da segurança pública.

Associado a esse contexto, verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições de várias ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos por meio da qualificação da perícia criminal.

O Programa de Segurança Pública para o Brasil propõe que o instrumento fundamental para a efetivação das referidas mudanças nas polícias brasileiras é a educação, o treinamento e a capacitação profissional.

O servidor da segurança pública que não é estimulado no treinamento e na capacitação profissional perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância de sua função. Todavia, não basta a mudança de paradigmas e a reformulação dos cursos ministrados nas academias.

É preciso que se constitua um sistema educacional convergente para todos os órgãos de segurança pública. Só assim passará a existir uma visão de mundo comum entre todas as

polícias e um mínimo conhecimento técnico que possibilitará o diálogo entre instituições, superando disputas e rivalidades.

Cabe ressaltar, ainda, a presença de equivocada visão entre os meios policiais sobre a compreensão dos Direitos Humanos, talvez porque não experimentam em suas vidas o exercício dessas prerrogativas, uma vez que exercem seu trabalho no interior de instituições verticalizadas, escalonadas e discriminadoras de direitos.

Nesse sentido, é preciso que uma política nacional de valorização profissional dos operadores da segurança pública, fundamentada em tais prerrogativas, seja reproduzida no interior, principalmente, das instituições encarregadas de garantir a continuidade ordeira da sociedade.

4.2 DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Buscando aprimorar o planejamento e execução das ações na área de segurança pública, foi realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública a avaliação de um relatório sintético obtido por meio do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal.

O presente relatório apresenta a distribuição das ocorrências, levando-se em conta, o perfil das organizações, a distribuição das ocorrências em alguns setores e a caracterização da situação das organizações estaduais de segurança pública.

A avaliação da distribuição das ocorrências aparece da seguinte forma:

4.2.1 Estabilidade na incidência dos crimes violentos, letais e intencionais - homicídios dolosos, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte;

4.2.2 Incidência dos crimes violentos não letais contra a pessoa – que incluem estupros e atentados violentos ao pudor;

4.2.3 Aumento da incidência dos crimes violentos contra o patrimônio – que englobam todos os roubos e extorsões mediante seqüestros;

4.2.4 Aumento da incidência dos delitos envolvendo o tráfico e uso de drogas ilícitas.

A avaliação da distribuição das ocorrências demonstrou, ainda, que as capitais dos Estados da Federação, levando-se em consideração o tamanho da população, não são os locais mais violentos do País.

Alguns municípios com mais de cem mil habitantes, principalmente quando localizados nas Regiões Metropolitanas, possuem as taxas mais altas de incidência criminal do País, sobretudo quando se trata de crimes violentos, letais e intencionais e os crimes violentos não letais contra a pessoa.

4.3 INVESTIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS

O investimento feito pelas organizações estaduais de segurança pública no Brasil no ano de 2004 teve valor total aproximado de 20 bilhões de reais. Isso significa um dispêndio de cerca de 106,00 reais por habitante anualmente no Brasil por essas instituições.

Ao compararmos separadamente o valor investido pelas organizações, verificamos que as Polícias Militares aplicaram cerca de R\$ 68,00 reais por habitante. As Polícias Civis investiram cerca de R\$ 27,00 reais por habitante e os Corpos de Bombeiros, cerca de R\$ 11,00 reais por habitante.

Dados coletados pela Pesquisa Perfil das Guardas Municipais no Brasil apontam o valor empregado pelas Guardas em 2003 em torno de R\$ 13,00 reais por habitante.

Assim, o investimento em segurança pública no Brasil em 2004 foi de 120,00 reais por habitante. Na comparação dos recursos aplicados na área de Saúde, guardados os limites comparativos de áreas tão distintas, constatou-se a aplicação de R\$ 267,00 por habitante.

4.4 EFETIVO DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS

O número total dos profissionais nas organizações estaduais de segurança pública no Brasil no ano de 2004 foi de aproximadamente 550 mil policiais. Nesse conjunto não estão contabilizados os profissionais pertencentes às polícias técnicas. A conclusão da avaliação é de que existe uma relação de 330 habitantes no País por cada profissional das organizações estaduais de segurança pública.

Se adicionados os profissionais das Guardas Municipais, existem atualmente 3,5 profissionais de segurança pública por 1.000 habitantes no Brasil.

4.5 RECURSOS DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS

Em relação às viaturas existentes em uso nas organizações estaduais de segurança pública no Brasil no ano de 2004, verificamos o total de aproximadamente 74 mil viaturas, ou seja: uma viatura para cada oito profissionais.

Na avaliação da presença de armas letais, foi verificada a quantia de aproximadamente 450 mil, em média, uma arma letal por profissional.

Os equipamentos de proteção somaram 337 mil e armas não letais 274 mil. Constatou-se a presença de 5302 unidades operacionais de segurança pública no País.

Na avaliação final, constatou-se que as Polícias Civis são as organizações mais bem equipadas e com a maior relação de policiais por equipamentos.

Guardados os devidos limites comparativos, verificou-se que a situação brasileira em relação ao número de viaturas é bem desconfortável em relação à situação norte-americana. Nos Estados Unidos, existem aproximadamente 3,8 profissionais de segurança pública por viatura e cerca de 830 habitantes por viatura.

No Brasil, o número de profissionais por viaturas sobe para 7,5, e o número de habitantes por viatura sobe para 2.435. Tendo em vista que os turnos dos profissionais de segurança pública no Brasil variam, principalmente, entre 24 e 72 horas e 24 por 48 horas, e estipulando o número ideal de dois profissionais por viatura, o ideal é de 13% a 17% do efetivo.

Tendo em vista o número total de profissionais da segurança pública existentes no Brasil, em torno de 549.125, acredita-se que o número total de viaturas atualmente deveria ser de aproximadamente 80.000. Importante salientar que o tempo de vida útil desses veículos é de três anos e pelo menos um terço da frota deve ser trocado a cada ano.

4.6 DETERMINANTES DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS ANUAIS DE AÇÃO

Entre os determinantes da elaboração dos Planos Anuais de Ação das organizações estaduais da segurança pública, os que possuem maior força são: as Diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública e os relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública e os Relatórios Analíticos elaborados pela própria Instituição.

Comparativamente, verifica-se que as Polícias Militares são as organizações que mais privilegiam os Relatórios analíticos de Situação da Segurança Pública elaborados pela própria Instituição.

As Policiais Civis privilegiam, principalmente, as Diretrizes traçadas pelo Governo Federal e os Corpos de Bombeiros privilegiam as Diretrizes traçadas pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Governo da Unidade da Federação.

Por outro lado, as Polícias Militares, as Polícias Civis e os Corpos de Bombeiros são as organizações que, na criação de seus Planos Anuais de Ação, valorizam menos os Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública elaborados por outras Instituições.

4.7 MECANISMO DE CONTROLE DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

O controle interno e externo das ações das organizações da segurança pública é um tópico destacado do Programa de Segurança Pública do Governo Federal e demonstra ao longo do tempo que as Ouvidorias são os órgãos que menos participam do controle da atuação das organizações.

Por outro lado, os principais mecanismos de controle utilizados são as legislações estaduais que definem o campo de atuação das instituições e os regulamentos que prevêm ações de averiguação e responsabilização, por meio de procedimentos administrativo-disciplinares.

4.8 CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

A capacitação contínua dos profissionais é uma atividade pouco desenvolvida entre as organizações estaduais de segurança pública, principalmente nas Polícias Militares, destacando-se os Corpos de Bombeiros.

Na avaliação relativa à capacitação quanto aos Direitos Humanos, a organização que mais se destaca é a Polícia Civil, com 4,4%, seguida da Polícia Militar com 3,5% e do Corpo de Bombeiros com 1,1% (SENASP, 2004).

Este diagnóstico sintético sobre a situação da segurança pública no Brasil, apontam-se algumas conclusões que foram observadas na execução do planejamento de ações elaborado pela SENASP, em que são destacados os seguintes pontos observados:

4.8.1 A gestão das organizações em termos da elaboração dos Planos Anuais de Ação foca-se muito mais nas diretrizes estabelecidas politicamente do que em diagnósticos da situação de segurança pública.

4.8.2 As diferenças em relação às atividades executadas por cada uma dessas organizações implicam, necessariamente, o planejamento de uma política nacional diferenciada para cada uma dessas organizações.

4.8.3 Em relação aos recursos dessas organizações, verificamos que o que diz respeito às armas letais e viaturas, o principal problema é a má distribuição dos recursos, pois estes já existem em número próximo ao necessário, principalmente, quando comparamos com os números de equipamentos de proteção e armas não letais existentes.

4.8.4 Os mecanismos de controle de atuação das organizações privilegiam muito mais as atividades de controle interno do que as atividades de controle externo.

4.8.5 As ações de capacitação contínua são muito exíguas, principalmente, se reconhecermos que essas atividades se concentram em determinados públicos dessas organizações, deixando de fora de tais atividades a maior parte de seus efetivos.

4.8.6 Verifica-se que já existe de modo bastante disseminado pelas organizações estaduais de segurança pública a noção de que é preciso direcionar ações no sentido da prevenção. O fundamental passa a ser, portanto, definir uma política clara e objetiva de prevenção à violência e a criminalidade no Brasil, atribuindo direção e sentido para essas ações.

4.8.7 A identificação de que muitos Municípios no interior são mais violentos que as capitais implica a necessidade de uma política nacional que privilegie esses municípios.

5 SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

O Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional tem os seguintes objetivos:

5.1 Planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, de gerência técnico-operacional dos profissionais das agências de Segurança Pública em cooperação com Estados e Municípios e Distrito Federal;

5.2 Identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos perícias;

5.3 Promover formação continuada dos profissionais de Segurança Pública e Justiça Criminal, órgãos periciais e gestores locais de segurança;

5.4 Valorizar o profissional de segurança pública por meio da capacitação e de outras ações de cunho socioeconômico.

A partir desses objetivos, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

5.5 Implantação do Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional em Segurança Pública e Corpo de Bombeiros;

5.6 Integração das Instituições responsáveis pela formação básica e superior das polícias estaduais e federais, bem como profissionais de Corpos de Bombeiros;

5.7 Estruturação do ensino à distância;

5.8 Consolidação da Implantação da Matriz Curricular Nacional para as Instituições Policiais;

5.9 Elaboração da Matriz Curricular Nacional para Guardas Municipais, com a implementação de políticas de formação continuada e de qualificação de Guardas Municipais;

5.10 Elaboração da Matriz Curricular Nacional para Corpos de Bombeiros;

5.11 Implantação de Centros de Atendimento psicossocial aos profissionais de Segurança Pública e Corpos de Bombeiros e suas famílias.

5.1 MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Com o objetivo de apoiar a modernização das instituições de segurança pública nos aspectos da gestão do conhecimento, valorização e formação profissional, estruturação e modernização da perícia, prevenção, controle externo, participação social e reorganização da estrutura institucional, a SENASP estipulou as seguintes ações:

5.1.1 Apoio à modernização das instituições estaduais e municipais de segurança pública;

5.1.2 Contratação de créditos e assessoramento técnico no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e outras instituições e organismos internacionais de financiamento público;

5.1.3 Apoio à modernização tecnológica das organizações de segurança pública em todo o País.

5.2 IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS

Com a finalidade de instalar unidades físicas com infra-estrutura para o exercício das funções de segurança pública, a SENASP estimulou o desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho de atividades de segurança pública.

Destaca-se entre essas instalações a presença dos centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidade de perícias, bem como as Secretarias de Segurança Pública e unidades correlatas.

5.3 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Com a finalidade de apoiar os Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios intermunicipais na elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção da violência, combate à criminalidade e a discriminação, bem como, promover meios para o preparo constante de profissionais de segurança, sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade na participação e gestão de segurança pública, a SENASP elencou as seguintes ações:

5.3.1 Proposição, organização, sistematização, apoio à implantação e divulgação dos instrumentos essenciais para a elaboração e implementação de projetos estaduais, regionais e municipais de prevenção primária e secundária da violência, destinados, sobretudo, à juventude e suas famílias. O objetivo é oferecer condições de diminuição da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos mesmos frente à criminalidade.

5.3.2 Articulação intermunicipal e estadual para a implantação, monitoramento e avaliação dos consórcios municipais de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência. O objetivo é oferecer condições de diminuição da vulnerabilidade social e pessoal e ao aumento da resiliência da população jovem frente à criminalidade.

5.3.3 Apoio à implementação de projetos de gestores comunitários de segurança urbana, em prevenção primária e secundária da violência, especialmente nos municípios que não possuem guardas municipais.

5.3.4 Promoção de intercâmbio entre os Estados e municípios por meio de um cadastro de experiências de êxito em prevenção da violência.

5.3.5 Articulação de grupos vulneráveis - livre orientação sexual, racismo, criança e adolescente, mulheres entre outros – para a formação de pólos permanentes de análise e discussão com as instituições de segurança pública. A proposta é incentivar a formulação, proposição e implementação de políticas públicas de prevenção da violência e discriminação no âmbito da segurança pública.

5.3.6 Contribuição para a implantação de Política Nacional de Combate à violência Doméstica e de Gênero por meio da sensibilização dos profissionais de segurança pública, da promoção de campanhas de conscientização e da prevenção.

5.3.7 Apoio à implantação dos projetos nacionais de prevenção ao uso de drogas e violência, prevenção à exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de seres humanos e atendimento humanizado às vítimas de violência sexual.

5.3.8 Apoio à articulação e implantação de Conselhos de Segurança Pública e Ouvidorias de Polícia com o objetivo de fortalecer o controle externo da atividade dos profissionais da área e a participação popular na gestão de segurança pública.

5.3.9 Estímulo à política Nacional de Polícia Comunitária e Segurança Comunitária por meio da implementação de projetos e divulgação de experiências existentes em todo o País.

5.3.10 Ações para sistematização das denúncias de violação de Direitos Humanos encaminhadas à SENASP e as providências realizadas pelos Estados e Distrito Federal, buscando informações acerca do respeito desses entes aos Direitos Humanos na área de segurança pública;

5.3.11 Contribuição na formulação e implementação de políticas pública voltadas à consolidação do respeito aos Direitos Humanos.

5.4 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS

Com a finalidade de promover a valorização da informação como instrumento de ação das instituições de segurança pública e contribuir para a difusão da gestão de segurança pública, qualificar, democratizar, racionalizar e incrementar a eficiência das ações implementadas, proporcionando a transparência dessas, a SENASP estipulou as seguintes ações e subsistemas:

5.4.1 Sistema de Monitoramento da Criminalidade em Ambiente Urbano - Terra Crime - objetivando o desenvolvimento de análises estatísticas do fenômeno da criminalidade em ambiente urbano que sirvam de base para o planejamento e implantação de políticas nacionais de segurança pública.

5.4.2 Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – objetivando a coleta e recuperação de informações criminais quantitativas e qualitativas capazes de produzir inteligência criminal e com isso municiar os tomadores de decisão da área de segurança pública com dados estatísticos para o estabelecimento de políticas de

controle e prevenção da criminalidade, especialmente no que se refere às organizações criminosas.

5.4.3 Sistema de Avaliação e Monitoramento de Implantação dos Planos Estaduais e Municipais de Segurança Pública, bem como dos convênios celebrados com os entes federados, com base na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

5.4.4 Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – constituindo uma base de registros criminais (inquéritos, mandados de prisão, armas e veículos roubados) das diversas instituições de segurança pública e justiça criminal do Brasil com o objetivo de integrar as ações operacionais dessas instituições – INFOSEG -.

5.4.5 Política de incentivo à elaboração de estudos e pesquisas aplicadas em segurança pública e justiça criminal com a finalidade de produzir estudos, pesquisas e diagnósticos que contribuam concretamente no processo de institucionalização do SUSP.

5.4.6 Política de implementação de ações consideradas prioritárias em segurança pública - Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública - pesquisas temáticas ou voltadas a grupos vulneráveis e Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal.

5.4.7 Implantação de um sistema de comunicação de informações on line para o público interno e externo às agências de segurança pública e justiça criminal, bem como o intercâmbio de conhecimento entre os operadores da área.

5.4.8 Implantação do Portal de Segurança Cidadã, constituindo uma parceria com o PNUD e a rede de instituições estaduais, municipais, universitárias e da sociedade civil. A rede é capaz de identificar, catalogar e divulgar práticas estratégicas e tecnologias em áreas consideradas prioritárias para a SENASP.

5.4.9 Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de informações;

5.4.10 Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de telecomunicações compartilhados com sistemas de gerenciamentos de bancos de dados para aperfeiçoar o sistema de gestão operacional de segurança pública.

5.4.11 Integração do Sistema Nacional de Informações e Identificação Criminal - SINIC – AFIS – possibilitando maior eficácia na troca de informações criminais entre as Secretarias Estaduais, Departamentos de Polícia Federal e a SENASP.

5.4.12 Dotação para Instituições de Segurança Pública de equipamentos para produção de prova por meio de reestruturação e desenvolvimento tecnológico das áreas de fonética forense, perícia em DNA, sistema de identificação digital criminal - AFIS – sistemas de comparação balística, geofísica forense, medicina legal, entomologia forense, entorpecentes, crimes ambientais, dentre outras.

5.4.13 Implantação do Sistema Nacional de Identificação Civil (RIC).

5.5 REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Com a finalidade de implementar projetos de modernização das organizações estaduais e municipais de segurança pública, priorizando as atividades funcionais e operacionais das polícias e guardas municipais por intermédio de recursos do Tesouro ou investimentos internacionais, a SENASP está executando as seguintes ações:

5.5.1 Ampliação, efetivação e solidificação da presença das instituições policiais brasileiras em todo o território nacional.

5.5.2 Modernização e adequação das instalações físicas de materiais e equipamentos adequados para a atividade administrativa e operacional.

5.5.3 Implantação de meios de transporte aéreo, terrestre e de patrulha portuária e costeira, considerando as peculiaridades geográficas e a natureza da missão de cada instituição.

5.5.4 Desenvolvimento e implantação de técnicas e modelos operacionais e de gerenciamento policial direcionados para a prevenção e repressão à criminalidade inspirados em experiências de sucesso em outros países.

5.5.5 Aperfeiçoamento dos sistemas logísticos e os recursos tecnológicos para o desempenho das atividades de prevenção e repressão à criminalidade.

5.5.6 Aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, ampliando os canais de comunicação entre as instituições policiais e a sociedade civil.

5.5.7 Desenvolvimento de metodologias operacionais e táticas, em nível local, regional e nacional e a definição de políticas de controle e intervenções em áreas estratégicas.

5.5.8 Formulação e propostas das diretrizes para elaboração, execução e controle de um Plano de Qualidade no âmbito das organizações policiais, articulando esforços para o contínuo aprimoramento dos serviços prestados à comunidade e à administração pública.

5.5.9 Proposição de iniciativas de renovação e modernização da cultura organizacional predominante nas instituições de segurança brasileiras.

5.5.10 Apoio a projetos em 54 Forças Policiais Estaduais (dois por Estado) e 70 Guardas Municipais (dez Municípios da Região Norte, cinco da Região Centro-Oeste, Cinco da região Nordeste, dez da Região Sul e 40 da Região Sudeste).

5.5.11 Apoio à estruturação e modernização das Corregedorias de Polícia, com objetivo de qualificar e agilizar o controle interno da atividade policial.

5.5.12 Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional das organizações de segurança pública.

5.5.13 Armas, munições e equipamentos letais e não-letais.

5.5.14 Veículos e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo.

5.5.15 Equipamento de proteção individual.

5.5.16 Equipamentos de radiocomunicações para emprego operacional das organizações de segurança pública.

5.5.17 Mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública que estejam inseridos no contexto da modernização de gestão de segurança pública.

5.6 INTENSIFICAÇÃO DA REPRESSÃO QUALIFICADA

Com a finalidade de implementar e coordenar atividades integradas de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão da criminalidade em áreas específicas localizadas em todo o território nacional, a SENASP esta executando as seguintes ações:

5.6.1 Estruturação da Força Nacional de Segurança Pública com atuação em todo o território nacional no controle e combate à criminalidade em eventos episódicos.

5.6.2 Aquisição de bens e serviços para constituição de equipes multidisciplinares da força Nacional de Segurança Pública que atuarão em operações excepcionais, objetivando o controle e repressão à criminalidade em áreas críticas ou em situações adversas.

5.6.3 Repasse de meios para emprego constante dos profissionais escolhidos para atuar na Força Nacional de Segurança Pública.

5.6.4 Estabelecimento de métodos e técnicas para otimizar a persecução penal e estruturar equipes capazes de reduzir índices de impunidade em crimes diversos.

5.6.5 Disponibilização de informações de inteligência comuns às instituições policiais para permitir a orientação de suas ações de repressão à criminalidade.

5.6.6 Padronização de procedimentos operacionais para emprego da Polícia Militar em atividades ostensivas e de investigação policial na Polícia Civil. Os procedimentos garantem mais eficiência nos indiciamentos e no conjunto probatório recolhido para instrumentalizar os processos judiciais.

5.6.7 Estímulo a ações integradas entre os órgãos de inteligência policial para controle e combate ao crime organizado.

5.6.8 Estímulo à modernização das estruturas das Corregedorias de Polícia Estaduais.

5.6.9 Desenvolvimento de projetos de repressão aos homicídios dolosos.

5.6.10 Criação de equipes especiais e órgãos especializados em nível estadual para atuar em parceria com órgãos federais e estaduais.

5.6.11 Manutenção de informações, no âmbito da SENASP, sobre lavagem de dinheiro e pessoas desaparecidas ou seqüestradas, abrindo espaço para participação de órgãos da área financeira dos Estados e da União.

6 SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL – SINESPJC.

O SINESPJC é uma base de dados alimentada continuamente com estatísticas de segurança pública e justiça criminal de todo o Brasil. Os princípios fundamentais de constituição do sistema são a criação de conhecimento que promova a integração das organizações de segurança pública e o subsídio para a implantação da gestão como princípio de administração dessas organizações.

O sistema possui seis módulos diferentes, a saber:

6.1 Ocorrências criminais e atividades de segurança pública: monitora ocorrências criminais e atividades de segurança pública em todo o Brasil, especialmente nos 244 Municípios com população acima de 100 mil habitantes e caracteriza vítimas, agressores e presença de armas.

6.2 Perfil das organizações de segurança pública: monitoram as condições de funcionamento, recursos humanos, recursos materiais convencionais, ações e articulação com a SENASP.

6.3 Fluxo do sistema de justiça criminal: monitora o fluxo do Sistema de justiça criminal em cada Unidade da Federação.

6.4 Pesquisa Nacional de Vitimização: avaliação da população vitimada pela violência, notificação de crimes, satisfação da população em relação às políticas de segurança pública.

6.5 Cadastro Nacional de Mortes Violentas: cadastro das informações de vítimas, agressores e características dos incidentes de homicídio doloso de todo o País.

6.6 Controle da ação policial: pesquisa de avaliação dos resultados das ações desenvolvidas pelas ouvidoras e corregedorias de polícia.

7 SISTEMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO SUSP

O sistema tem o objetivo ajudar a SENASP a monitorar e avaliar a implantação do SUSP, tanto pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, quanto pela própria SENASP. Sua execução envolve a coleta anual de informações sobre os 27 itens relacionados ao acompanhamento das ações que vêm sendo empreendidas em seis eixos estratégicos: gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, estruturação da perícia, controle externo e participação social.

No contexto de implantação do SUSP e com o propósito de criar padrões mínimos de normatização e implementação do programa de Segurança Pública para o Brasil, estabeleceu-se uma parceria entre o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD – para definir conteúdos e orientações para uma Arquitetura Institucional do Sistema Único de segurança Pública.

A SENASP estruturou a execução do trabalho em nove eixos temáticos:

7.1 Controle de armas.

7.2 Controle externo e participação social.

7.3 Estruturação e modernização da perícia.

7.4 Gestão da segurança pública municipal e guardas civis.

7.5 Sistema penitenciário.

7.6 Formação Policial.

7.7 Gestão da informação.

7.8 Gestão organizacional.

7.9 Prevenção do crime e da violência e promoção da segurança pública.

8 REDE DE ENSINO À DISTÂNCIA

A rede possibilitará a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita aos profissionais de segurança pública de todo o País - policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais e rodoviários federais - independente de sua localização geográfica.

Para tanto, foram implantados 60 tele-centros – ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por tele-sala, web-sala e ambiente para a tutorial nos quais os profissionais de segurança pública terão acesso a cursos específicos para a área.

Até o final de 2005, o projeto envolveu recursos no valor de R\$ 13.558.302,60 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dois reais e sessenta centavos) e os profissionais de segurança pública tiveram acesso à atualização e à capacitação em temáticas essenciais ao desenvolvimento de suas atividades.

Em dezembro de 2005, cerca de 2.600 alunos estavam realizando os seguintes cursos via-internet: Direitos Humanos, Tráfico de Seres Humanos, Preservação de Locais de Crime e Violência, Criminalidade e Prevenção.

Em fevereiro de 2006, cerca de 1.200 alunos cursaram os seguintes temas: Atendimentos a Vítimas de Violência Doméstica, Uso Progressivo da Força, Saúde ou Doença: de qual lado você está? Formação de Tutores, Busca e Apreensão e Lavagem de Dinheiro.

8.1. INTEGRAÇÃO DAS ACADEMIAS DE POLÍCIA

O principal objetivo da ação é garantir a integração de todas as academias que formam profissionais de segurança pública no País. Já foram identificadas as ações formativas integradas com a realização de cursos de atualização, capacitação e aperfeiçoamento, em várias Unidades da Federação.

A pesquisa realizada no Ministério da Educação tem por objetivo avaliar e analisar os impactos da integração na cultura organizacional dessas academias e seus possíveis desdobramentos.

No ano de 2005 foram modernizadas três academias no país localizadas nos Estados do Acre, Pará e Rio Grande do Sul.

Dentro do Projeto Interagir da SENASP que consiste no apoio pedagógico por meio da bibliografia voltada às diversas áreas de Segurança Pública esta prevista a distribuição de aproximadamente 20 mil livros às academias, escolas e centros de formação, que se encontram inclusas na ação.

Ainda em parceria com o Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública da América Latina e Caribe - TREINASP – da Ação Segurança Cidadã, criou uma Escola Itinerante em Altos Estudos em Segurança Pública.

O propósito é mobilizar o protagonismo cidadão dos operadores, buscando a reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades, o incremento do caráter profissional das atuações policiais, o incentivo ao compartilhamento da responsabilidade, a integração das ações de todas as organizações relacionadas com a área de segurança pública e a ampliação da responsabilidade para além das questões estritamente criminais.

9 A 3ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR

A existência, funcionamento e outros aspectos legais relativos à 3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, esta amparada no Art. 11, § 1º, letra “c” da Lei nº. 6774, de 08 Jan. 1976, denominada Lei de Organização Básica. As alterações ocorreram através da Lei nº. 7815, de 29 de dez. 1983, que por sua vez estabeleceu:

“Art. 11. ...

§ 1º. O Estado maior é assim organizado:

a) ...

b) ...

c)...

- ...

- ...

- 3ª Seção (PM/3): assuntos relativos a Operações, Ensino e Instrução”.

9.1 COMPETÊNCIA

Compete à 3ª Seção/EM desenvolver suas atividades calcadas no trinômio “operações-ensino-instrução”.

Por falta de regulamentação para o desenvolvimento de atividades no Estado Maior em relação às Diretorias, ocorre muitas vezes superposição de ações, o que pode trazer prejuízos à Instituição, principalmente, quanto ao direcionamento na área de Ensino e Instrução.

A superposição ocorre entre a 3ª Seção do Estado-Maior e a Diretoria de Ensino, em que o planejamento estratégico das atividades de Ensino está sendo realizado pela segunda, enquanto a primeira se ocupa, dentre outras atividades, de planejar a Instrução através da expedição das Normas de Planejamento e Conduta de Instrução, porém, carente de supervisão e avaliação, comprovadamente, pela ausência de estrutura que lhe permita desenvolver tal atividade com sucesso.

10 A INSTRUÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A instrução na Polícia Militar do Paraná visa dar ao homem um conjunto de procedimentos formais para lhe propiciar a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades que otimizem sua qualificação, de forma que sua conduta resultante contribua para a melhoria da qualidade do serviço prestado à sociedade.

A execução da Instrução permite ao Policial Militar tomar contato com procedimentos tendentes a consolidar valores éticos, atualizando os conhecimentos técnico-profissionais, conservando, ainda, o vigor físico, a destreza e agilidades necessárias ao bom desempenho da função policial militar.

A instrução deve ser revestida de procedimentos doutrinários com vistas à padronização de atitudes e melhoria na qualidade do serviço, carecendo de estudos, pesquisas, difusão de material didático, meios auxiliares de ensino além de uma estrutura ideal em termos de conforto, acústica e espaço físico adequado às diversas atividades teóricas e treinamentos.

É notório e imprescindível que uma Seção ou Departamento na estrutura organizacional da Corporação seja o responsável pelas atividades de treinamento e capacitação profissional do Policial-Militar.

A forma ideal é o planejamento antecipado, avaliação do rendimento e os assuntos elencados não podem ser aleatórios ou baseados nas informações dos relatórios diários de serviço operacional, em face da caracterização desta atividade como relevante em qualidade e atualidade.

Importante salientar que esse processo de treinamento periódico se destina a aprimorar o profissional da segurança pública para o exercício das atividades habituais, proporcionando correção de atitudes, aprimoramento de técnicas, táticas, conhecimento de novas tecnologias na administração pública, princípios de gestão de pessoas, resolução de problemas, gerenciamento de crises além de outros assuntos de relevante importância para a atividade.

Não há, ainda, na Polícia Militar um sistema instrucional que possibilite aplicar, avaliar e fiscalizar os programas de Instrução, os quais são planejados pela 3ª Seção de cada Unidade Operacional.

Para agravar o quadro ocorrem fatores que influenciam diretamente na execução dessa atividade e que estão relacionados à quantidade de efetivo, escalas de serviço, número de Oficiais/Instrutores, disponibilidade de meios materiais, locais apropriados, recursos financeiros para aquisição de meios auxiliares, a padronização de assuntos e carga horária.

Um outro item importante diz respeito ao aprendizado que o Policial-Militar assimilou no decorrer da Instrução de Manutenção, em função da motivação a que foi induzido pelo Instrutor, que sofre como todo ser humano as influências do cotidiano.

Com relação aos aplicadores da Instrução de Manutenção deve-se avaliar o grau de compromisso e comprometimento com a Instituição, além de sua motivação para a atividade, sua posição na escala hierárquica, as jornadas de trabalho a que é submetido em períodos pre-determinados além de sua experiência profissional e conhecimento dos assuntos a serem ministrados.

A pesquisa de campo no decorrer deste trabalho demonstrou que há necessidade, não só de aplicação prática, mas também de uma maior divulgação dos Programas de Treinamento e Capacitação Profissional, pois proporcionam ao policial-militar maior visão da sensibilidade social e maior poder de decisão, bem como se a atividade funciona como ação preventiva.

A pesquisa não exigia a identificação, com a finalidade de captar de forma mais verdadeira possível, o pensamento da elite de comando, que embora em sua maioria não conhecendo os conteúdos dos programas de treinamento e capacitação profissional, responderam que agregaram conteúdo ao seu conhecimento em caráter ótimo, opinaram como bom o desenvolvimento, as matérias são apropriadas ao currículo policial e os professores são excelentes.

Em continuidade, responderam com um sim, quanto ao Policial-Militar, após receber a instrução de treinamento e capacitação profissional obtém uma maior visão da sensibilidade social e maior poder de decisão, bem como esta atividade funcionar como ação preventiva na aplicação efetiva da tropa em qualquer missão.

A situação operacional da tropa da Instituição em termos de doutrina, atitudes e ações, aliando-se aos pensamentos expressos na pesquisa de campo demonstra o grau de necessidade que os Comandantes de Unidades Operacionais apresentam quanto a aplicação dos Cursos de Treinamento e Capacitação Profissional.

No que diz respeito à atividade de treinamento e capacitação profissional à tropa Policial Militar, há necessidade de correções urgentes em torno do eixo direcional das

atividades atuais, para efetivamente serem aplicado ao efetivo os programas disponibilizados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em convênio com a Polícia Militar do Paraná, nos moldes do realizado no ano de 2005 na Academia Policial Militar do Guatupê.

11 A VIOLÊNCIA

A violência, hoje, renovou-se profundamente nos significados de suas expressões mais concretas, no essencial e nas mudanças que a caracterizam desde o fim dos anos 60.

Nos anos 70 e 80, a violência política e o terrorismo de extrema-esquerda, ligados à longa desestruturação das ideologias, dos regimes e dos partidos de inspiração marxista-lennista, assim como a uma recusa mais artificial em perceber o declínio histórico do movimento operário, regrediram em toda a parte.

Quase simetricamente, a violência de extrema-direita, animada por projetos de tomada do poder do Estado, também regrediu, muitas vezes substituída por condutas que não visam mais assegurar a seus atores o controle do Estado, mas, ao contrário, a manter atividades privadas fora do controle do Estado.

A partir dos anos 50, lutas de libertação nacional, eventualmente associadas a orientações marxista-lennista e que às vezes assumiam a feição de guerrilha, deram origem a novos regimes e a novos Estados. Sua violência não é mais tão importante, em escala mundial, como nos anos 50 e 70, mesmo se algumas se perpetuaram, como por exemplo, na Europa, na Irlanda do Norte e no Oriente Médio.

O declínio do movimento operário e a perda do lugar dentro das relações de produção industrial tornam improváveis a idéia de uma ligação entre importantes violências sociais e a inserção de seus agentes num conflito estrutural de classe, no sentido habitual da expressão.

Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações.

A violência não é somente um conjunto de práticas objetivas: ela é também uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos.

O elemento mais espetacular da renovação da violência hoje é dado pelas referências crescentes de seus protagonistas a uma identidade étnica ou religiosa. Essas constituem um

recurso cultural eventualmente mobilizado de maneira violenta para fins políticos, por vezes alimentando também uma barbárie homicida extrema, bem além dos simples problemas políticos.

A violência mudou, também, pois se considera não mais o fenômeno no que ele apresenta de mais concreto, de mais objetivo, mas as percepções que sobre ele circulam, nas representações que o descrevem.

A violência subjetiva, tal qual é sentida, apresenta como primeira característica fundamental a de parecer ter perdido qualquer legitimidade no espaço político, quase a ponto de significar o mal absoluto; ela é o que a sociedade, unânime, deve prescrever e combater completamente.

Nos anos 60 e 70, a violência podia, ainda, ser justificada ou compreendida por intelectuais que eventualmente se inscreviam em uma tradição revolucionária, anarquista ou ainda marxista-leninista; ela podia ser teorizada ou sustentada com certa adesão e ser tolerada na esfera política.

O espaço intelectual e político no qual a violência poderia ser o objeto de tomada de posição compreensiva, ou mesmo abertas, limitou-se de forma singular: o fenômeno é necessariamente a marca do que é preciso recusar, e o consenso é muito grande.

Não há nenhum debate filosófico, moral ou ético a respeito da violência, e se vozes se fazem ouvir a partir da sociedade civil para pedir ao Estado que faça uso da força, em defesa dos direitos humanos ou à causa ecológica, em termos no qual toda referência positiva à violência é banida.

As mudanças têm por toda parte uma implicação fácil de se observar: na falta de debate, na falta de agentes políticos e intelectuais capazes de romper o consenso relativo à violência, esta transforma-se necessariamente em objeto de percepções e de representações que funcionam por excesso e por carência.

Na modalidade por excesso, vê-se a alteridade, a diferença cultural, religiosa ou de outro tipo, que são objetos de fantasmas e medos. Os atores que supostamente as encarnam são suscetíveis de serem diabolizados, a tal que ponto que lhes é freqüentemente imputada uma violência virtual, quase natural e essencial, ao passo que na verdade eles dela mantêm uma grande distância, se é que ela de fato existe.

Na modalidade por carência, na medida em que se inscreve no prolongamento de problemas sociais clássicos, ou que não questiona as modalidades fundamentais da dominação, é susceptível de ser negada ou banalizada.

Não somente a violência não possui hoje legitimidade no espaço político das democracias ocidentais, em seus debates políticos e intelectuais, em sua capacidade também de se engajar em intervenções armadas que poderiam fazer mortos de seu lado, além disso, e essa é uma característica importante da época contemporânea, ela funciona cada vez mais como categoria geral para aprender a vida social.

Tratar a violência, com efeito, consistia em considerar que ela possuía seu lugar nos cálculos e nas estratégias dos agentes que tomavam parte num conflito, ou admitir que ela viesse traduzir uma insuficiente integração dos agentes num sistema.

A violência revelava interações entre agentes capazes de utilizá-la de um modo instrumental; ela podia ser pensada num contexto de modos de aproximação que apelavam para a teoria dos jogos ou a dos conjuntos organizados.

A violência era largamente concebida no quadro do neofuncionalismo para o qual ela vinha traduzir as disfunções, as carências, e suas conseqüências sobre os atores, em termos de frustração reativa.

O estudo sociológico da violência coloca os atores frente a duas idéias, mais opostas que complementares. A primeira é que a violência pode inscrever-se em relações sob uma forma, sobretudo, instrumental e dispensar a comunicação e a relação entre eles; a segunda é de que ela pode vir a traduzir, ao contrário, um déficit ou dificuldade nas relações, na comunicação e no funcionamento da relação entre os atores, o que a leva a funcionar sobretudo de maneira expressiva.

Para se tomar as medidas das principais mudanças teóricas relativas à análise da violência, o melhor a se considerar é o caminho percorrido desde a época em que o fenômeno podia ser massiva e diretamente relacionado a conflitos, a seu funcionamento ou às suas disfunções ou crise.

Atualmente, a análise insiste cada vez mais em duas idéias, as quais são resumidas através de expressões como: fragmentação, caos, decomposição, etc. Essas ideias sugerem um grande distanciamento com relação às noções de conflito ou crise.

A violência continua certamente a ser pensada através de categorias em que a oposição entre instrumentalidade e a expressividade encontra seu lugar, mas nem sua eventual instrumentalidade, nem sua capacidade de atingir os piores extremos, sem limites, não remetem à imagem de conflito ou mesmo de crise.

Nos casos extremos, ela parece autonomizar-se, tornar-se um fim em si, lúdica, puramente destruidora ou autodestruidora, o que a transforma em alguns casos, em um fenômeno de pura afirmação do sujeito.

A violência, inclusive em suas expressões mais localizadas ou limitadas, é explicada por mudanças em nível mundial, a globalização da economia, ou o fim da guerra fria; ou então ela é reduzida aos cálculos ou à subjetividade dos atores, eventualmente à sua loucura, sem mostrar-se capaz de desenhar a imagem de conflitos, de processos de desestruturação de relações conflituais ou mesmo a das disfunções sistêmicas.

Se a violência hoje parece tão ameaçadora ou dramática, não é pelo fato da multiplicação dos anti-atores, protagonistas externos a qualquer sistema de ação, ou de uma violência exclusivamente vinculada à lógica da força e do poder, sem debate nem relação possível com eles que se desfazem a ponto de a noção de crise ser tão frágil para dar conta de sua desestruturação.

Não é também porque as pessoas e grupos se percebem como negados, impossibilitados de manifestarem sua própria subjetividade, arrebatados ou destruídos pelo desprezo de outras pessoas e grupos mais bem situados e que se recusam a reconhecê-los como sujeitos.

Importantes distinções opõem hoje os pensamentos mais bem estabelecidos, pois a maior parte considera que o mundo é cada vez mais um universo sem atores, exclusivamente atraído por essa lei da selva que é o mercado, pelo caos, pelo choque das identidades e das culturas.

Como objeto de análise e de reflexão para as ciências sociais, a violência tanto como realidade histórica como representação coletiva, parece modelar um novo paradigma. Este pede que a violência seja analisada no interior de um espaço teórico complexo, capaz de integrar o campo do conflito e o da crise.

Indo mais além, de um lado no sentido de levar em consideração o sujeito, impossível, frustrado ou que funciona fora de qualquer sistema ou normas, e de outro levando em

consideração condutas que mais além da crise são reveladoras de uma verdadeira desestruturação ou de desvios capazes de levar ao caos e à barbárie.

A idéia de um novo paradigma é comportada pelo exame de mudanças que remetem a significados, às percepções e aos modos de abordagem da violência. Nem por isso ela se encontra totalmente estabelecida ou demonstrada, mesmo porque inflexões e reversões de tendência sempre podem ocorrer em uma evolução histórica.

Numa análise clássica da violência, pode-se distinguir a era do sistema internacional, o qual remetia então ao equilíbrio bipolar da dissuasão na Europa e à divisão territorial dos dois blocos; a era dos Estados, com suas preocupações internas e diplomáticas; a das sociedades, com seu sistema político, estruturas e dinâmica social e a do indivíduo com o crescimento do individualismo moderno.

A globalização da economia significa que as economias nacionais são cada vez mais interdependentes, que o crescimento de suas trocas é superior ao da sua produção, que os investimentos e os fluxos financeiros se mundializam sob o efeito conjugado da liberalização dos mercados e dos avanços tecnológicos.

Não é inútil evocar os vínculos entre a mundialização, o neoliberalismo que a fundamenta e a violência. Com efeito, esta última se alimenta das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio.

As evoluções tornaram a troca mais importante do que a produção e ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido de experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento.

Além disso, a violência pode se inscrever no prolongamento da fragmentação cultural que a mundialização da economia encoraja, desde o início dos anos 90 e contrariamente a uma idéia simplista, inclusive, em seus aspectos ligados à difusão de bens culturais e o estímulo a processos, mais ou menos reativos de retraimento identitário, do comunitarismo e do nacionalismo voltado para a defesa da nação, contra a cultura cosmopolita norte-americana.

Não seria difícil compreender como a violência vem traduzir, eventualmente, em atos a vontade defensiva, e mesmo contra-ofensiva, de grupos desejosos de afirmar sua identidade cultural e o resultado pode ser o mesmo quando um grupo se apóia em uma identidade desse tipo não para resistir a economia mundial, mas sim para melhor participar.

As dimensões da mundialização podem ser interpretadas, em escala mundial, também como fraturas, sociais e culturais, que separam os países ou as regiões bem localizadas daquelas que estão distantes ou fora do processo.

A mundialização econômica inscreve-se em uma relação dialética que ao mesmo tempo a alimenta e ela aprofunda: a fragmentação social e cultural, com suas eventuais modalidades comunitárias, tribais, ou ainda, raciais, com tudo que isso implica em termos de violências e discriminação social.

Pode-se, então, dar um passo a mais e considerar que a mundialização da economia, e suas ligações diretas com a fragmentação social e cultural, contribui para a mundialização da violência, com suas formas fragmentárias.

A fragmentação social e cultural contribui para tornar mais delicada a fórmula Estado-nação, já que a Nação não pode tão facilmente como antes reclamar para si o monopólio ou o primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade imaginária que ela constitui.

Isto também porque outras identidades se afirmam, exigem ser reconhecidas no espaço público, e os choques interculturais podem transformar-se em guerras comunitárias.

Onde o Estado é antigo, como na Europa, ele se enfraquece, onde ele é recente, na África, na Ásia, ele é frequentemente corrompido, ineficaz, deslegitimado, em virtude de suas próprias carências, vindo aí a maior fonte de insegurança pública, a pane dos Estados.

Isso não seria exatamente o declínio do Estado, mas sim o enfraquecimento dos Estados, a impossibilidade de dar conta de uma imagem que se fixaria em uma pluralidade de comunidades e de investidas, hierarquias e ou entrelaçamentos.

A concepção contemporânea da violência é perseguida pela idéia de um declínio-superação do Estado, cada vez menos descrito como causa, fonte ou justificativa da violência, como ocorria quando se tratava de explicar, nos anos 60 e 70, as lutas ditas de libertação, nacional ou social, ou promover projetos revolucionários.

O Estado é agora novamente, como no essencial da tradição da filosofia política, a fórmula política que deveria poder inibir a violência física fora de seu campo de ação e controle, e que aí chegaria cada vez menos a esse resultado.

11.1 AS MUTAÇÕES SOCIAIS

No passado o pensamento evolucionista pregava que as sociedades eram chamadas ao engajamento nos mesmos trilhos de uma modernização que era vista em termos econômicos – o desenvolvimento – e em termos políticos – a democratização e o horizonte desenhado pelas sociedades industriais mais avançadas, previa que a violência regrediria na mesma medida do progresso.

É público que o desenvolvimento econômico e político das sociedades não significam necessariamente a regressão da violência, e que sociedades mais avançadas podem muito bem combinar vivas dificuldades sociais e pós-industriais.

Tal fato acontece nas sociedades ocidentais onde a perda da centralidade da indústria clássica caminha junto com fenômenos de desemprego e as relações de exploração no trabalho e na produção cedem lugar à exclusão na definição da questão social.

Há uma ligação concreta entre a violência e as mudanças sociais, mas não cabe deduzir dessas constatações da idéia de uma violência social ou política diretamente ligada ao esgotamento das relações sociais próprias à indústria clássica.

Ela não surge diretamente da mobilidade social descendente em forma de crise e a raiva ou ódio se exprimem certamente tendo por trás um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial.

O desemprego e a pobreza, inclusive quando traduzem uma queda social bruta, não se transformam imediatamente ou diretamente em violências sociais, mas, sobretudo alimentam frustrações que transitam eventualmente por um nacionalismo exacerbado, identificado por violências coletivas, ligadas mais ao racismo e anti-semitismo, do que propriamente às fraturas sociais.

11.2 O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO

O individualismo, tal qual se manifesta com uma força crescente no mundo contemporâneo, apresenta duas faces complementares, e eventualmente opostas.

Por um lado, o indivíduo moderno quer participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de consumo em massa.

Por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser, no entanto, obrigado a fazê-lo.

O ator de muitas violências instrumentais engaja-se com finalidades econômicas, ele quer o dinheiro para comprar para si mesmo e eventualmente para os seus. De modo bem distinto, a violência pode assumir uma feição extrema, ilimitada, relacionada com um desejo de consumo, frustrado, de ascender aos frutos da modernidade e sem que se trate de utilizá-los como recurso para alcançar determinados fins.

Isso o aproxima de condutas informadas pela raiva de não ser reconhecido, pelo sentimento de injustiça vivida, pela interdição de tornar-se sujeito e que pode assumir diferentes formas: motins explosivos, mas também lúdicos e autodestruidores, retornando contra si mesmo, a impossibilidade criada pelo sistema ou pela situação de ser um ator de sua própria existência.

A violência neste caso é, ou busca a produção do sentido, esforço para produzir por meios próprios aquilo que antes lhe era dado pela cultura ou pelas instituições, projeção de si mesmo até a morte eventual; ou então apela à subjetividade impossível ou infeliz, expressão de recusa pela pessoa em dar prosseguimento a uma existência em que ela se sente negada.

Nessa perspectiva, o racismo, em particular e em expansão em inúmeras sociedades, é uma experiência amplamente vivida pelos que dele são vítimas como uma profunda negação de sua individualidade, o que pode transformar-se em raiva e daí em violência, por exemplo, amotinadora.

Tudo isso não é certamente novo, mas o progresso da mundialização dá maior intensidade do que dava no passado a tudo o que remete ao individualismo, bem como às fragilidades pessoais que vêm junto, sobretudo, quando se trata de combinar os dois registros, da eficácia instrumental e da construção de uma subjetividade autônoma.

A violência encontra aqui um tríplice feixe de condições favoráveis: seja pela pura racionalidade estratégica induza a fazer dela, um recurso; seja a preocupação em identificar-se com uma identidade coletiva resulte no fanatismo ou num sectarismo belicoso; seja enfim, em processos de fusão de sentido, em que a dupla impossibilidade de funcionar como consumidor

e como produtor de sua própria existência, termine por resolver-se através da invenção de um sentido imaginário violento.

O individualismo exerce seus efeitos não somente sobre as significações, mas também sobre as formas de que pode revestir-se a violência contemporânea, como por exemplo, quando se constata que as gangues de jovens ou seus agrupamentos ocasionais, trazem a marca de um individualismo que torna difícil a negociação com vistas a pôr fim à violência.

Talvez fosse mais indicado partir de baixo, do individualismo ou das transformações que afetam as relações sociais, contrariamente à tradição intelectual da ciência política, e ir levando a análise até o nível internacional, através de suas formas reais que se alimentam do trabalho dos atores e das sociedades.

11.3 DESARTICULAÇÃO

A crise remete ao Estado-nação enfraquecido em seu papel de quadro ou espaço principal, territorial, político, administrativo e intelectual da vida coletiva. Há um hiato entre a escala dos problemas, planetários, colocados pela economia e pela ecologia, e os instrumentos institucionais, essencialmente estatais, de que dispõe para tratá-los.

A desarticulação é ainda mais espetacular nos casos em que a sociedade, Estado e cultura formavam um conjunto relativamente integrado, no seio daquilo que é possível designar-se através do termo sociedades nacionais, nas quais as relações sociais próprias típicas da era industrial asseguravam igualdade individual, solidariedade coletiva e identidade nacional, formando um sistema bastante coerente, que hoje se desestrutura sob o efeito do neoliberalismo e da mundialização.

A violência, desse ponto de vista, pode resultar do esforço de certos atores para manter de maneira cada vez mais artificial ou voluntária aquilo que se desfaz; ela se exprime através de agressões contra os que são acusados ou suspeitos de encarnar e de preparar a desintegração sociopolítica da sociedade nacional, e de ser o vetor da heterogeneidade cultural que a ameaça. Ela visa, então, prioritariamente, os excluídos e mais amplamente, os grupos humanos que podem ser mais facilmente racializados.

11.4 UM MUNDO SEM REFERÊNCIAS – UM NOVO PARADIGMA DA VIOLÊNCIA.

Para pensar as formas e a importância da violência, há que se dispor de referências que permitam distinguir, no espaço, zonas relativamente homogêneas, aparecendo então três respostas principais, que eventualmente combinadas, podem tentar trazer a resposta concretas ao fenômeno: política, econômica e culturais.

Nos anos da Guerra Fria, a violência podia ser aprendida a partir de um recorte geopolítico levando em conta a bipolaridade do mundo. Ela possuía tanto menos chances senão de surgir, pelo menos de entender-se e revestir-se de uma feição política na medida em que ela comportava o risco de comprometer os equilíbrios fundamentais entre Leste e Oeste.

Uma outra distinção, econômica, opõe o Norte, rico e pouco suscetível de ser afetado por graves violências, e o Sul, excluído das malhas e dos fluxos principais da mundialização, e propício às piores violências civis, étnicas ou outras. Mas a exclusão causa estragos tão profundos no próprio seio das sociedades mais avançadas, e as diferenças internas nos países do Sul são tão consideráveis, que é difícil pensar a violência a partir desta clivagem.

Por fim, uma terceira clivagem, cultural, foi recentemente proposta para distinguir civilizações, com a idéia que a violência se desenvolveria no mundo contemporâneo, entre as grandes civilizações onde elas se entrecrocavam e quanto custa subestimar as tensões e as diferenças culturais produzidas e reproduzidas no próprio seio de cada civilização.

Para pensar de maneira diferenciada o surgimento e o desenvolvimento da violência no espaço, não há mais princípio geopolítico sólido, as distinções econômicas são insuficientes e a tese do choque das civilizações revela-se imprópria. Num mundo ao mesmo tempo fragmentado e globalizado, as probabilidades de graves violências localizadas são grandes em toda parte, e ao mesmo tempo os problemas, mesmo os mais limitados, têm bem mais chances do que no passado, de serem deslocados, exportados, prolongados fora de seu espaço inicial ou natural.

O que permite precisar a idéia de um novo paradigma da violência: e esta efetivamente abordada, doravante, com conceitos que não podem mais ser os do mundo bipolar, nem os de um mundo onde a economia permitia pensar diretamente as relações internacionais em termos de dominação e de exploração, ou da modernização mais ou menos avançada.

Ela deve ser aprendida através de uma de suas novidades radicais: o fato de ser ao mesmo tempo globalizada, posto que relativa a fenômenos planetários, e localizada; geral e molecular: ela própria mundializada, fragmentada ou eclodida.

Ela não é forçosamente diferente segundo se considere o centro ou a periferia e esse caráter singular da violência contemporânea nos obriga a refletir ainda mais, indo de um extremo, socioeconômico, a outro, centrado na pessoa.

A violência nos interroga, não porque, mais do que em outros momentos, caminharíamos para o caos generalizado, ou porque estaríamos mergulhados na incerteza crescente do pós-Guerra Fria. Mas porque devemos aprender a concebê-la de outra forma, com a mais viva consciência de uma nova situação histórica e política.

Devemos desconfiar das afirmações excessivamente apressadas que querem ver apenas o neo, ou, o retorno, ali onde os fenômenos considerados, ou são realmente tão novos que requerem uma renovação total de nossas categorias, ou são mais antigos e mais complexos do que sugerem esses termos, aos quais logo faltam nuances.

Assim, como devemos resistir à idéia de evoluções lineares ou de conseqüências unidimensionais deste ou daquele fenômeno – a mundialização da economia – que não produz efeitos uniformes, mas sim acentua de maneira ambivalente algumas tendências como as que, simultaneamente, asseguram a internacionalização do consumo de massa ou de produtos televisuais, e a fragmentação cultural.

12 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA

12.1 CONCEITO DE ÉTICA

É a parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades.

Sob essa perspectiva geral, a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética.

As características comportamentais do ser humano defluem da composição complexa dos elementos que constituem a sua natureza natural (corpo), com aqueles de sua natureza artificial (espírito). Poder-se-ia dizer que o mundo da natureza é o mundo do ser, enquanto que o mundo da artificialidade e da cultura é o mundo do dever-ser.

12.2 CONCEITO DE VIOLÊNCIA.

A violência significa:

12.2.1 Desnaturar: tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser;

12.2.2 Coação: todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém;

12.2.3 Violação: todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade;

12.2.4 Transgressão: todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito;

Conseqüentemente, tem-se que a violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror, tratando seres livres e racionais como coisas inertes e passivas.

12.3 ESTRATÉGIAS PARA OCULTAR A VIOLÊNCIA.

A violência real é ocultada por vários dispositivos, a seguir:

12.3.1 Um dispositivo jurídico, que localiza a violência apenas no crime contra a propriedade e contra a vida;

12.3.2 Um dispositivo sociológico, que considera a violência um momento de anomia social, isto é, como um momento no qual grupos sociais atrasados ou arcaicos entram em contato com grupos sociais modernos, e, desadaptados, tornam-se violentos;

12.3.3 Um dispositivo de exclusão, isto é, a distinção entre um nós brasileiros não-violentos e um eles violentos, eles sendo todos aqueles que, atrasados e deserdados, empregam a força contra a propriedade e a vida de nós brasileiros não-violentos;

12.3.4 Um dispositivo de distinção entre o essencial e o accidental: por essência, a sociedade brasileira não seria violenta e, portanto, a violência é apenas um acidente na superfície social sem tocar em seu fundo essencialmente não violento.

A inversão real faz que os meios de comunicação se refiram à violência como algo passageiro ou accidental. Desta forma a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso a violência aparece como um fato meramente esporádico superável.

12.4 SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES DA ÉTICA COMO IDEOLOGIA.

Significa que em vez de a ação reunir os seres humanos em torno de idéias e práticas positivas de liberdade e felicidade, ela os reúne pelo consenso sobre o mal e essa ideologia se apresenta duplamente perversa, senão vejamos:

12.4.1 Procura fixar-se numa imagem do presente como se este não só fosse eterno, mas, sobretudo como se fosse destino; como que existisse por si só e não como se fosse efeito das ações humanas;

12.4.2 Procura mostrar que qualquer idéia positiva do bem, da felicidade e da liberdade, da justiça e da emancipação humana é o mal.

A Ética como ideologia, implica ainda em ser perversa, porque, toma o presente como fatalidade e anula a marca essencial do sujeito ético e da ação ética. A liberdade como atividade que transcende o presente pela possibilidade do futuro como abertura do tempo humano.

13 CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR

A constatação de que as taxas anuais de homicídios no Brasil alcançaram um padrão de estabilidade nos últimos anos, após décadas de crescimento contínuo, é um indicador importante da eficácia das ações da SENASP, em conjunto com as Instituições Policiais Estaduais.

Sob pena de simplificação não se pode deixar de reconhecer que a implantação do Sistema Único de Segurança Pública e o investimento consistente é capaz de mudar a situação da segurança pública da União, dos Estados e dos Municípios, além das organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública.

Assistimos atualmente no Brasil uma ampliação dos atores responsáveis por desenvolver ações que tenham impacto sobre a segurança pública, tais como áreas de saúde, política, educação, trabalho, etc.

A ação efetiva da SENASP na divulgação nos últimos anos sobre a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural na efetivação do SUSP é que proporcionou o avanço nas ações dentro da área de segurança pública.

Desde a criação da República, a história do sistema policial brasileiro, vem sendo marcada pela oscilação entre a autonomia estadual e controle federal das polícias, destacando-se os períodos autoritários. Em tais circunstâncias não se podia falar em cooperação, mas sim em submissão das polícias estaduais às diretrizes dos governos federais.

Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar suas polícias, porém, foram raros os casos de cooperação intragovernamental. Na área de segurança pública, concluindo-se que tanto em um período quanto em outro, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública.

Com a consolidação da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP - a partir de 2003, foi inaugurada uma nova fase na história da segurança pública brasileira, em que ocorreram efetivamente ações de planejamento e coordenação na execução da política nacional de segurança pública, indo muito além do repasse de verbas públicas.

Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direcionamento a esse

processo, fundamentado em princípios de gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação.

Atuando em um contexto de consolidação do sistema democrático brasileiro, a SENASP não possui apenas a função de executar ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil, mas também por promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação.

Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que incorporam especificidades quanto à identificação de problemas e soluções sobre a área de segurança pública no País.

Por essa razão, optou-se por uma gestão pautada na ação técnica e operacional distanciando-se e protegendo-se dos interesses políticos imediatistas que privilegiam uma visão parcial da questão.

A SENASP iniciou um novo estilo de ação organizada de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. Foram desenvolvidas várias formas de avaliação e monitoramento das ações e um aprofundamento da capacitação dos profissionais, nos temas relacionados à gestão de processos e resultados.

Pode-se destacar, entre outras, a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e Municípios; a modernização dos índices de avaliação de desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP – e não na ingênua e política avaliação de queda das taxas de ocorrências registradas pelas polícias – e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas para os Municípios de porte médio, que se evidenciaram atualmente como os mais violentos do País.

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP, pois a perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública no Brasil em diversas frentes de trabalho.

Destacam-se, nesse contexto, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada em 27 unidades da Federação; a implantação da Força Nacional de Segurança Pública; a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; a estruturação do

Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular do Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Ensino à Distância em Segurança Pública.

Ainda, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o País, a elaboração da Política Nacional de Modernização das Polícias Cíveis, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo da criação dos Consórcios Metropolitanos de Prevenção à Violência e Criminalidade.

Mais do que a integração e articulação, essas ações iniciaram um processo de padronização de técnicas e procedimentos jamais visto no país e que constitui o alicerce para se efetuar uma interação consistente de diferentes organizações de segurança pública.

A partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios.

O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos disponibilizados. A reflexão, em alguns casos, levou a crer que mais importante que a quantidade de recursos repassados era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios.

Promover uma reforma das polícias não é uma ação tão simples de ser executada, pois não envolve apenas ações de modernização tecnológica, treinamento, capacitação de policiais e o reaparelhamento das organizações de segurança pública. Essa reforma pressupõe uma mudança na cultura das Polícias em todo o Brasil, sendo um processo lento, gradual, complexo e permanente.

14 CRIME E VIOLÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As relações entre a pobreza, miséria e pauperização com certos tipos de criminalidade é antiga no imaginário social, mas adquire status moderno com as tentativas científicas dos socialistas do final do século de demonstrar sua efetividade causal.

A popularização moderna da idéia coube à literatura, em particular dos folhetins e do romance até chegar, nos dias de hoje, a tornar-se um lugar comum, uma explicação e até um etecétera.

A explicação, no entanto, sempre se beneficiou da maleabilidade das categorias relacionadas, pobreza e crime, pro exemplo, que adquirem matizes mais ou menos abrangentes e definições particulares, de modo a englobar outras variáveis causais entre uma e outra das categorias.

As abordagens sociológicas clássicas alertaram para as dificuldades da correlação, mas não a negaram, procurando ou incluí-la numa formulação sistêmica mais abrangente ou relativizá-la, alargando o crime para outras categorias, como os de colarinhos brancos ou restringindo a categoria a comportamentos divergentes conjunturalmente criminalizados.

14.1 A CONJUNTURA TEMÁTICA NO BRASIL

Durante toda a década de 70, o aumento da violência urbana e o crescimento do crime organizado ganham plena visibilidade na mídia, bem como na percepção social das populações urbanas, medidas pelas pesquisas de opinião.

A esmagadora maioria dos trabalhos produzidos a partir desta década, sobre a questão da violência urbana e da criminalidade, apontam suas baterias para a associação, dominante do imaginário da classe média urbana brasileira, assim como no complexo polícia/justiça/penitenciária, entre pobreza e criminalidade.

Curiosamente, essa associação, que vem do século passado, mas que não era dominante, torna-se explicação hegemônica com a gradativa substituição das explicações de patologia médica pelas de patologia social, no início do século.

Há três tipos de críticas principais relacionadas à violência e à criminalidade contemporânea, a saber: primeiro, a estrutural que colocaria a pobreza como uma mediação

entre as causas da pobreza e o crime; a segunda, relativista que procura mostrar que a criminalidade se espalha igualmente por todas as classes; a terceira, de base estatística que procura demonstrar o caráter espúrio da correlação entre crime e pobreza, pelo cruzamento de dados e a crítica de sua produção.

14.2 IMAGINÁRIO SOCIAL

A crítica da associação entre crime e pobreza, que dá o tom da intervenção sociológica na temática da violência urbana, tem suas razões de estratégia cognitiva.

Em primeiro lugar, porque a pobreza ganha tal permanência e abrangência em nossa história que não serve para explicar qualquer coisa.

Em segundo lugar, porque as noções de pobre e pobreza, além dos inevitáveis estereótipos que carregam, tornam-se muito mais maleáveis numa sociedade como a nossa, marcada por uma das maiores concentrações de renda do mundo, se não a maior de um país industrializado.

Em terceiro lugar, porque sua maleabilidade da noção de pobre, no Brasil, criou uma cultura da pobreza muito diversa daquela que atravessa completamente qualquer fronteira física, geopolítica ou comunitária, para instalar-se num espaço social suficientemente abrangente para abarcar quase toda a nação.

Todos os fantasmas que têm as marcas da pobreza e as mãos criminosas parecem possuir um traço em comum, a revolta, podendo ser esta a levar ao crime e não exatamente a pobreza. Uma revolta semelhante àquela que o crime produz na sociedade.

Os principais argumentos críticos à associação entre crime e pobreza foram levantados tanto como estereótipos ou como correlação estatística, quanto como a adequação causal de sentido, ela é efetivamente espúria e perversa.

A crítica rigorosa atinge mais os estereótipos do que os fantasmas. E são os fantasmas a nossa matriz de hipóteses mais promissora, porque são constituídos pelas utopias (sociais e pessoais) que, entre outras coisas, transforma os crimes em problemas.

14.3 O PROBLEMA DAS CAUSAS

A hipótese causal mais comum parte de uma expectativa de comportamento racional de tipo utilitarista, segundo a qual a privação relativa de determinados bens, decorrentes de problemas de desorganização do sistema social agiria como motivação suficiente para que indivíduos se adaptassem de forma inovadora na busca desses bens, com um comportamento desviante, com perseguição e punição legalmente instituídas.

O exemplo da relação pobreza urbana-crime seria um caso particular desse argumento e no caso brasileiro, ele poderia até ser considerado, de forma mais socializada como uma estratégia de sobrevivência das camadas mais pobres da população.

O argumento quanto à relação pobreza-crime recebeu ataques de várias direções e neste caso, embora continue dominante na mídia e na opinião pública, é execrado e não passa de um estereótipo lançado aos favelados e aos pobres, mas trabalhadores.

Contra a violência e a criminalidade é que se aplica a maior reação moral e social, a maior visibilidade, o maior interesse da mídia e dos políticos, por ser em geral as que se desenvolvem por meios violentos.

O crime é qualquer curso de ação que por ser social e institucionalmente acusado de crime, se desenvolverá sob dupla articulação: a de poder levar em contas seus riscos e a de possuir motivos para, conhecendo-se ou não, prosseguir assim mesmo, pelos meios que lhe pareçam mais adequados ou, na ausência de muita escolha, pelos meios que possa dispor.

A seleção de meios e dos cursos de ação possíveis está, em geral determinado tipicamente pela articulação de operadores oferecidos pelo contexto social do agente que opera diretamente a ação, e depende, em grande medida, de uma avaliação de riscos e alternativas determinadas especificamente por sua posição relativa na estratificação social.

O crime pode ocorrer em qualquer classe, extrato ou fração estamental, mas existem diferenciais históricos de designação e perseguição de certas ações como criminais, como também da orientação dos aparelhos que cuidam de sua detecção e resposta punitiva, que podem ser determinados, numa medida significativa, em correlação com as posições de classe, estrato ou frações estamentais.

O fato de que, historicamente e até hoje, as penitenciárias e cadeias brasileiras tenham uma população carcerária quase que totalmente constituída de pobres não significa que a

maioria dos criminosos brasileiros sejam pobres e que a pobreza é a principal causa da criminalidade em geral.

Também não significa que a maioria dos incriminados não seja de pobres; que a privação relativa não seja uma causa importante de criminalidade; que a relação pobreza-crime seja apenas um estereótipo social e que a reprodução desse estereótipo seja a principal causa de associação pobreza-crime.

Pode significar, porém que os crimes selecionados são também os que provocam maior reação moral e social, como os chamados crimes violentos; que os aparelhos de resposta ao crime selecionam certos tipos de ação e de agente, do que outros; que os agentes pobres que operam diretamente a ação criminosa, por limitação social na escala de seleção de meios e de preferências criminais, tendem a estar mais sujeitos ao emprego da violência como meio criminal.

Todo crime é, sociologicamente, político, pois o que define uma ação como criminal é um conjunto de dispositivos eminentemente políticos: pacto, constituição, código penal, código de processo penal, aparato policial, administração pública da segurança, poder judiciário, penitenciárias. Todo prisioneiro é um prisioneiro político. Mas sua ação, criminalizada, não é necessariamente uma ação política, apenas produz efeitos políticos.

Os agentes criminais selecionam os meios criminais levando em conta basicamente a sua adequação aos fins, oportunidade de acesso aos meios e os riscos e alternativas não criminais. Quanto mais baixa for a posição social do agente criminal na estrutura de classes, mais restrita será a escala de opções na conexão entre fins, acesso aos meios e riscos e maior será a probabilidade que lhe restem riscos maiores, meios mais violentos e fins limitados por recursos em círculo vicioso.

A reprodução de práticas criminais numa situação de pobreza ou marginalidade social urbana é um fenômeno criminal específico, com causas complexas, que embora não exclua outras conexões causais, tende a se desenvolver ou a proliferar sempre que não seja operado com eficiência qualquer das formas de poder hegemônico.

O desafio sociológico de qualquer análise de causalidade da criminalidade urbana no Brasil provém da constatação de que a maioria dos agentes provém de camadas pobres, mas que, ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos pobres não opta pela carreira criminal.

O fantasma da associação pobreza-crime é um fantasma especificamente real, hegemônico, constituído positivamente pela fantasia de que todos os conflitos podem ser

resolvidos por um operador monopólico, o Estado, que representa racional e legalmente o conjunto de princípios, orientações e decisões pactuadas por seus membros.

Ao mesmo tempo é constituído negativamente pelo medo de que efetivamente excluídos do pacto possam alimentar modos não aceitos de operar o poder nos que estão revoltados com os resultados imediatos do pacto, ou com os que lhe são indiferentes.

Um dos equívocos que a mídia procura divulgar no imaginário social é que a pobreza é a causa da criminalidade, do aumento da violência urbana ou que há uma relação causal direta entre indicadores de pobreza e criminalidade.

Os argumentos críticos principais dão conta de que se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa; a maioria esmagadora dos presos é de pobres, negros e desocupados, porque a polícia segue um roteiro típico que já associa de antemão a pobreza e a marginalidade com a criminalidade; os próprios pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com nenhuma carreira criminal, pois são trabalhadores honestos.

A crítica é certa quando pretende mostrar os preconceitos e roteiros típicos de um sistema policial e judicial hipócrita, que só prende pobre e deixa de fora a criminalidade da classe média e da classe dominante.

Mesmo não sendo privilégio de classes, as práticas criminais, efetivamente existem e estão associadas às condições de vida, à sociabilidade e à habitação de segmentos marginalizados nas grandes metrópoles brasileiras, que a representação social privilegia como objeto principal do medo da violência.

O fato do bandido das áreas urbanas pobres, favelas, moradias e conjuntos habitacionais das áreas de periféricas, ser visto como herói e justiceiro, tipo Ronbin Hood, que rouba dos ricos para dar aos pobres, caracteriza uma forma de distribuição forçada de renda nacional que estaria concentrada nas mãos de poucos.

Esta imagem é associada, principalmente, aos valentões justiceiros, aos bicheiros, donos de bocas de fumo e outros tipos de malandros e que seria a criminalidade urbana mais convencional, mais antiga e que provoca menor reação moral na sociedade. Esta imagem, porém, é anterior ao crime organizado, baseado no narcotráfico internacional e roubos de cargas valiosas nas estradas em substituição aos roubos a banco, farmácias e postos de gasolina.

Também não se pode associar a criminalidade e violência urbana aos descendentes diretos dos quilombos, dos capoeiras, das estratégias de resistência dos negros e mulatos nos morros e favelas das grandes metrópoles brasileiras.

O pensamento é difuso e não há continuidade histórica entre comportamentos sociais criminalizados antes e depois da entrada do tráfico e do crime organizado nos morros, favelas e conjuntos pobres das cidades, o que pode ser simbolizado pelo desaparecimento do malandro simpático como personagem criminal.

A sociedade procura ver também o migrante rural tradicional, inadaptado às grandes cidades, lançado à miséria e isolado dos vínculos comunitários, em geral ocupando funções desqualificadas em áreas como a construção civil, como mais um dos personagens da violência urbana.

Outro fato apontado como decisivo no aumento da violência e criminalidade urbana é a luta de classes, quando nos períodos de crise econômica aumentam as taxas de desemprego e os contingentes marginalizados do mercado formal.

Há que se fazer dissociação entre esses fatores, pois a luta de classe não precisa comparecer nem nos índices oficiais de estatística e nem nas representações imediatas dos agentes sociais. Não existe o fato de o crime ter se organizado contra o capital.

Parece que a chave deste mistério seria o marxismo, ainda que despedaçado e aviltado pela atual onda neoliberal, mas horroroso, de correlações primárias, com conceitos pouco dialéticos, como pobreza para ameaçar com o fantasma de uma rebelião criminal das massas.

O tema apesar de bem mais explorado no País desde o início dos anos 80, continua sendo ainda muito dependente das conclusões das poucas pesquisas, da reorganização do sistema de estatística criminal e das demais contabilidades sociais oficiais.

As pesquisas realizadas, no entanto, apontam a ênfase aos tipos de infração de menor poder ofensivo, segundo as áreas de infração, reforçando a idéia do roteiro típico aplicado pela polícia nos mecanismos de perseguição, expondo na mídia as infrações cuja operacionalidade produzia maior visibilidade social e reação moral.

Ocorre quando a polícia escolhe um bandido pobre para carregar os crimes que ela não investigou, nem elucidou, ou quando a imprensa sensacionalista o escolhe para carregar a glória negativa do inimigo público, com alcunha forjada na redação, construindo assim o típico personagem criminal.

Um questionamento prudente seria qual a noção de limites, de regras e de lei, pois o discurso tende a captar apenas o si mesmo, idealmente normalizado de cada brasileiro, e não o que efetivamente se passa nas diferentes classes. No imaginário, a ruptura entre as pequenas incivildades e desvios que todos fazem e ninguém pune e o que é violência, crime, é marcada por extraordinária sinalização em direção à maioria pobre.

15 O CONVÊNIO 110/03

A União por intermédio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, como Concedente, representado no ato pelo Ministro de Estado da Justiça Márcio Thomás Bastos e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, denominado Conveniente, representado no ato pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva, celebraram o Convênio que trazia como Objeto, dentre outros, cursos de treinamento, qualificação e aperfeiçoamento das Polícias Militar e Civil.

Os partícipes do Convênio se comprometeram cada qual na sua esfera de competências e atribuições, implantar:

15.1 AS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Especialmente no que concerne aos programas de Reforma das Instituições Policiais e de Redução da Violência, consubstanciado nas seguintes ações:

- 15.1.1 Valorização e formação profissional.
- 15.1.2 Gestão do conhecimento.
- 15.1.3 Reorganização institucional.
- 15.1.4 Estruturação e modernização da perícia.
- 15.1.5 Prevenção.
- 15.1.6 Controle externo e participação social.
- 15.1.7 Gerenciamento de crises e conflitos.
- 15.1.8 Redução da violência doméstica e de gênero.
- 15.1.9 Acesso igualitário aos serviços de segurança pública.
- 15.1.10 Administração legal do uso da força policial.
- 15.1.11 Proteção e apoio a vítimas e testemunhas; e
- 15.1.12 Repressão qualificação.

15.2 O PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

O respectivo plano será considerado parte integrante deste Convênio, independente de transcrição.

Dentre as obrigações propostas para execução do Convênio em tela, duas se sobressaem por serem itens de extrema importância na execução de qualquer projeto na administração pública, sendo elas: da parte do Concedente, a promoção do repasse do recurso financeiro de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho e o disposto em cláusula. Da parte do Conveniente a promoção do recurso financeiro, referente à sua contrapartida, conforme o disposto no Convênio.

Neste Convênio 110/03 a Cláusula Quinta – trata da proteção dos Direitos.

O Conveniente deverá assegurar a garantia de direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e da Secretaria Especial da Igualdade Racial.

(Cláusula Quinta – Convênio 110/03).

Na Cláusula Sexta – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros - consta um dos itens de maior importância e que realmente garantiram a execução e o cumprimento do Objeto, que são os recursos no valor de R\$ 8.774,801, 00, os quais foram implementados de acordo com o Plano de Aplicação aprovado pela SENASP, da seguinte forma: R\$ 6.844.686,00 por conta do Concedente e R\$ 1.930,115,00 por conta do Conveniente, e de acordo com cláusula seguinte a liberação se dá em uma única parcela, de acordo com o cronograma de desembolso.

Na cláusula do prazo de vigência, foi prevista a data de início que se dá após a assinatura pelas autoridades, mediante Termo Aditivo.

As autoridades do Estado encarregadas da execução do Objeto elaboraram o Plano de Trabalho e enviaram à SENASP que aprovou após análise, devolvendo-o aos estabelecimentos de ensino das duas polícias, para efetivação.

Conforme consta no relatório final do Curso de Atualização de Gestão em Segurança Pública – 2005, a Secretaria de Estado da Segurança Pública –SESP- elaborou o projeto do curso em epígrafe, na área de Valorização Profissional, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública –SENASP- com vistas à realização do evento destinado aos policiais-

militares (Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães e Tenentes) e policiais civis (Delegados de Polícia), que atuam na Capital e Interior do Estado.

Foram consideradas as orientações emanadas da Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP/ SENASP/MJ - constituindo-se o projeto em mais uma iniciativa de tornar concreta a meta de Ações Integradas em Segurança Pública através do planejamento e da execução em conjunto da Escola Superior de Polícia Civil e Academia Policial Militar do Guatupê.

Ao aderir ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o Estado Paraná assumiu responsabilidades técnicas e políticas que propiciassem a implementação de mudanças na polícia paranaense, voltadas às necessidades de formação de uma rede orgânica institucional com sustentação em uma ação policial contemporânea, no sentido de se implementar uma nova filosofia de gestão interativa de Segurança Pública.

O projeto tinha os seguintes objetivos:

15.2.1 Investir na competência policial;

15.2.2 Desencadear ações conjuntas entre indivíduos que compõem as Polícias Militar e Civil;

15.2.3 Direcionar esforços na transformação das formas de atuação da organização policial;

15.2.4 Sensibilizar os decisores em face das exigências da sociedade contemporânea sobre o papel da Segurança Pública na construção da paz.

15.3. A proposta de composição curricular do presente Curso alicerçou-se nos seguintes princípios da Matriz Curricular Nacional:

15.3.1 Ética da vida e da cultura da Paz;

15.3.2 Direitos Humanos e da Cidadania;

15.3.3 Valorização das diferenças;

15.3.4 Processos educativos devem estimular a capacidade reflexiva e a autonomia dos sujeitos;

- 15.3.5 Saber científico aprimorando as práticas policiais;
- 15.3.6 Consideração ao saber prévio;
- 15.3.7 Integração entre as Instituições ESPC/PR e APMG/PMPR.
- 15.3.8 Interdisciplinaridade e transversalidade;
- 15.3.9 Capilaridade;
- 15.3.10 Universalidade e especificidade metodológicas.

Para atender ao proposto no Objeto do Convênio 110/03 foi elaborado pela Academia Policial Militar do Guatupê o Plano de Curso nº. 007/2005 – Gestão em Segurança Pública para Oficiais, Delegados e Supervisores da Guarda Municipal de Curitiba num total de 25 turmas de 30 alunos, sendo 13 na APMG e 12 na ESPC. Também foi elaborado o Plano de Curso nº. 008/2005 – Técnicas Policiais Interativas, para os Praças PM, Escrivães, Detetives e Papiloscopistas da Polícia Civil, totalizando 25 turmas de 30 alunos, sendo 13 na APMG e 12 na ESPC. Para implementar o processo foram construídos espaços pedagógicos de ação conjunta entre ESPC e a APMG.

A conscientização do papel das equipes das duas Instituições de ensino resultou na necessidade de padronização de seleção de docentes, do conteúdo programático, do material didático utilizado em sala de aula pelo professor e pelo aluno e dos procedimentos entre a coordenação e mediação com os docentes e alunos.

Esta ação integrada possibilitou implementar o processo de capacitação em gestão com policiais-militares e civis que ocupam cargos de decisão. O estímulo e a motivação da equipe pedagógica sensibilizada para a elaboração do planejamento, execução e racionalização dos meios e a visão estratégica dos resultados, permitiu a mudança paradigmática, unindo as duas instituições de ensino no alcance do objetivo.

Na certeza de iniciar uma nova prática dos princípios da filosofia de Gestão de Segurança Pública, foi realizado o Convênio 110/03 para 208 policiais civis, 484 policiais militares e 16 supervisores da Guarda Municipal de Curitiba, na condição de convidados, totalizando 708 alunos, com carga horária total de 79 horas-aula, sendo 47 horas-aula para certificação e 32 horas-aula de atividades complementares.

No Curso de Técnicas Policiais Interativas, a carga horária total foi de 60 horas-aula, sendo 40 horas-aula para certificação e 20 horas-aula de atividades complementares.

O Conteúdo Programático do Curso de Gestão em Segurança Pública constou das seguintes disciplinas para área de segurança pública: gestão estratégica e sistêmica focada em resultados; diretrizes programáticas para o Estado, avaliação da situação atual, sistema de segurança pública no Brasil, gestão interativa, construção do direcionamento estratégico e dinâmicas de sensibilização para o trabalho cooperativo.

O conteúdo Programático do Curso de Técnicas Policiais Interativas constou das seguintes disciplinas: perspectiva do sistema unido de segurança pública, sociedade, poder e Estado, grupos focais (ações das políticas afirmativas), desempenho pessoal, direitos humanos, abordagem pessoal e em veículo, uso legal da força, preservação de local de crime, elaboração de procedimentos interativos de atendimento a ocorrências.

O corpo docente foi formado com critérios de proporcionalidade e representatividade entre os integrantes da Polícia Militar do Paraná e da Polícia Civil, bem como representantes das Universidades e de Órgãos Públicos.

15.4. DEPOIMENTOS DOS PROFESSORES

Os professores que atuaram na execução do presente Convênio se expressaram da seguinte maneira:

Um momento de reflexão e integração. Assim se desenvolveu o Curso de Gestão em Segurança Pública na Escola Superior de Polícia Civil. Discutimos as teorias pilares da gestão que sustentam a atividade de toda a organização moderna. Uma iniciativa que reflete o empenho e dedicação de seus realizadores e patrocinadores, que visam um futuro de competência e sucesso para toda a estrutura de segurança pública do Estado do Paraná. Ter sido parte deste processo, atuando como docente, foi sem dúvida, de enorme satisfação. Mais do que alunos, fiz amigos. Ensinei e mais ainda aprendi. (BASTOS, Alexandre, ESPC, 2005)

A importância de iniciativas como estas é que dão a certeza que este País pode dar certo no aspecto da segurança pública. Temos que ter em mente que o negócio das duas Instituições é o mesmo, ou seja, segurança pública. Todo o nosso serviço está direcionado à comunidade, em busca da paz, da construção da paz. Cada turma era uma surpresa diferente, trabalhos produtivos e com dinamismo e vontade, comprometidos e compromissados com a sociedade”. (CARNEIRO, João de Paula, Capitão – APMG, 2005).

Os alunos que participaram como aprendizes dos conteúdos do Convênio 110/03, celebrado entre a SEANSP e SESP, incluindo como executores das ações a Academia Policial Militar do Guatupê e a Escola Superior de Polícia Civil, manifestaram-se sem identificação, vez que os formulários permitiam esta condição, seus testemunhos de aprovação, conforme adiante se vê:

Trouxeram uma visão diferente de um assunto comum e não foram impositivos;

As palestras apresentaram projetos implementados pelo Governo e importantes esclarecimentos a respeito da SENASP.

A formação de grupos com temas específicos para estudos e debates foi uma idéia excelente, a troca de informações é um instrumento valioso.

A unificação das polícias apresentada por vários professores possibilitará melhoria da Segurança Pública e aproximação das instituições policiais em relação à população.

As disciplinas permitiram uma visão macro do investimento em Segurança Pública.

Os professores forma de extrema competência nas explanações dos temas abordados.

A história da Segurança Pública deveria fazer parte do currículo de outros cursos.

As dinâmicas facilitam o conhecimento entre as Instituições.

(Relatório-Curso de Atualização de Gestão em Segurança Pública-2005)

Algumas recomendações foram identificadas na avaliação dos alunos, como a seguir transcrevemos:

Incluir dados da realidade do interior do Estado e da prática do dia-a-dia.

Mais tempo para debate, principalmente para os temas complexos.

Requer incluir assuntos sobre análise de desempenho.

São temas para debater com autoridades superiores, delegados de 1ª classe e coronéis.

(Relatório-Curso de Atualização de Gestão Segurança Pública-2005)

A composição das turmas permitiu a participação dos atuais e futuros decisores das polícias paranaenses, que ao trazerem experiências vividas em anos de carreira permitiram o aperfeiçoamento do curso. Foram muito críticos, tendo em vista a reflexão provocada pelos professores, que permitiram a liberdade de expressão convivendo com posições conservadoras e avançadas.

Denunciavam relatos dramáticos das condições das cadeias das delegacias, das dificuldades do papel do carcereiro, a imagem da polícia, os enfrentamentos com a mídia e movimentos sociais, das ausências de infra-estrutura em relação a coletes balísticos, armas, rádios, etc.

Verificou-se também a preocupação do Estado em investir em Segurança Pública, com a contratação de pessoal e aquisição de recursos materiais. Percebeu-se que os alunos estavam em toda integração e tinham a compreensão da nova ordem social que hoje há no País. Buscaram uma análise criteriosa de tudo e apontaram sugestões como aquelas apresentadas em trabalhos de grupos frente aos temas propostas para discussão.

Os alunos participantes se manifestaram com relação aos pontos que entenderam como positivos na realização do curso, da seguinte forma:

Foi fundamental a integração entre as corporações, pois trabalhamos de forma diferente, mas a finalidade é a mesma: a segurança do cidadão.

Curso como esse só fortalece as instituições, opino que mais cursos que visem a integração sejam promovidos.

O que houve de mais importante, além dos conhecimentos, foi a oportunidade de integração das polícia.

A Instituição esta de parabéns, foi um belo Curso com o objetivo primordial que é a integração das policias.

Fui feliz em participar com colegas brilhantes.

Ótima oportunidade para agregar, repensar e renovar conhecimentos.

A interatividade entre as organizações policiais foi o mais valioso, comprovando que podemos trabalhar juntos, objetivando o bem comum.

O curso superou as expectativas, as dinâmicas realizadas deveriam fazer parte de outras programações para ampliar a integração.

Que os cursos se multipliquem, para que possamos estar em ambiente único com as duas Instituições policiais envolvidas no mesmo objetivo.

Finalmente estamos acordando e nos unindo para um objetivo comum: atender a população.

Incluir matéria relacionada ao tratamento da autoridade e seus subordinados.

A integração foi a melhor parte; focar nos próximos o tema da motivação.

Algumas disciplinas requerem maior tempo par abordar assuntos tão importantes.

(Relatório-Curso de Atualização de Gestão em Segurança Pública-2005).

O Objeto do Convênio 110/03 foi cumprido, em parte, com a realização do Curso de Atualização em Gestão em Segurança Pública e Técnicas Policiais Interativas, tendo como ano de elaboração 2003, ano de execução 2005 e sua data de conclusão foi adiada para início de dezembro do ano citado. A execução atingiu 94,4% das metas estabelecidas e além dos destaques já mencionados, merece a devida referência a competência e o compromisso dos profissionais que atuaram em todas as atividades.

16 METODOLOGIA

O tema em tela foi pesquisado durante a realização do Curso Superior de Polícia, Turma I/2006, desenvolvido nos meses de abril a julho do corrente ano, em razão de que o treinamento e a capacitação profissional é uma forma continuada de ensino técnico-profissional para o Policial-Militar, em qualquer grau hierárquico de sua carreira.

Com isso, obtêm-se perfis diferenciados das pessoas submetidas ao mesmo processo de aprendizagem e mudança de comportamento, gerando resultados diversos na área operacional, acabando por comprometer a operacionalidade da Corporação.

A pesquisa de natureza qualitativa teve como público-alvo, conhecedores em profundidade no tocante ao tema desenvolvido, bem como de natureza quantitativa, aplicando-se tratamento estatístico aos questionários contendo perguntas fechadas, na forma de múltipla escolha.

O círculo eleito foi localizado no âmbito do Comando do Policiamento da Capital e do Comando do Policiamento do Interior, onde foram ouvidos 27 Comandantes de Unidades e Subunidades Operacionais, acerca da problematização apresentada.

Foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de se buscar dados mais precisos e analisados que venham a enriquecer este trabalho e contribuir para a formulação de uma política exeqüível de treinamento e capacitação profissional no âmbito da Polícia Militar do Paraná em convênio com a SENASP.

17 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

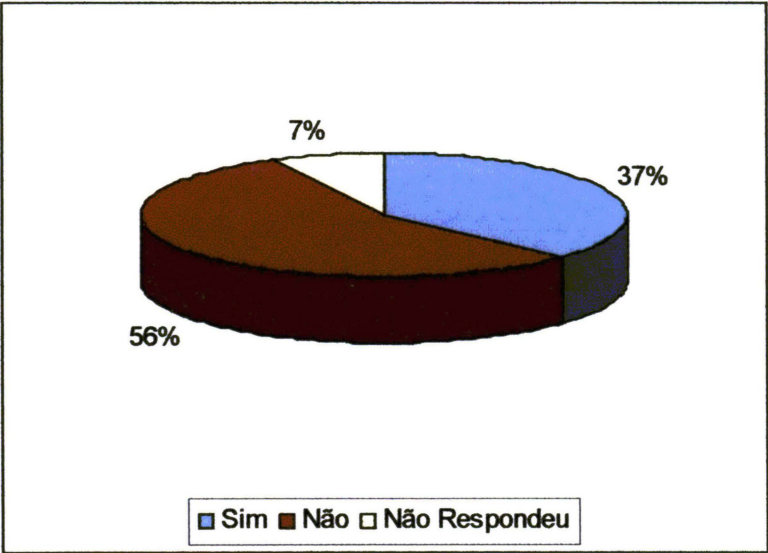
17.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

TABELA 1 CONHECIMENTO DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	10	37%
Não	15	56%
Não Respondeu	2	7%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 1 CONHECIMENTO DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR



FONTE: Dados da tabela 1

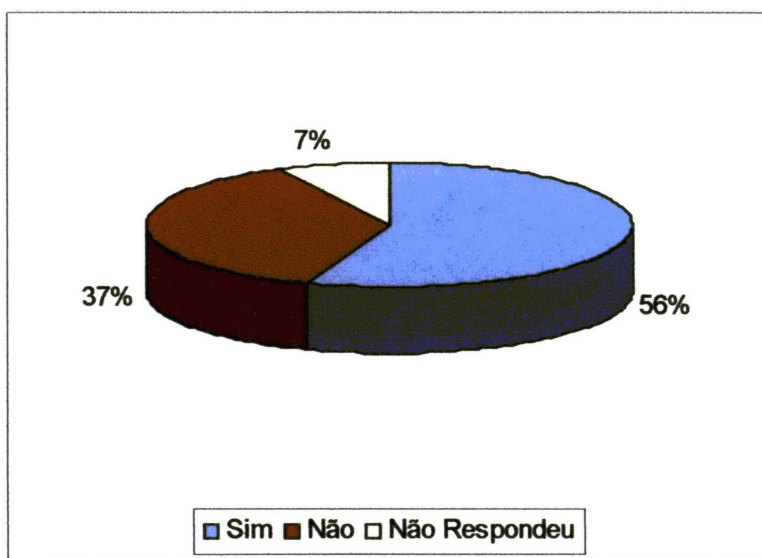
O resultado demonstra que há necessidade de maior divulgação dos conteúdos dos convênios aos Comandantes de UOPs.

TABELA 2 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	15	56%
Não	10	37%
Não Respondeu	2	7%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 2 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP EM CONVÊNIO COM A PMPR



FONTE: Dados da tabela 2

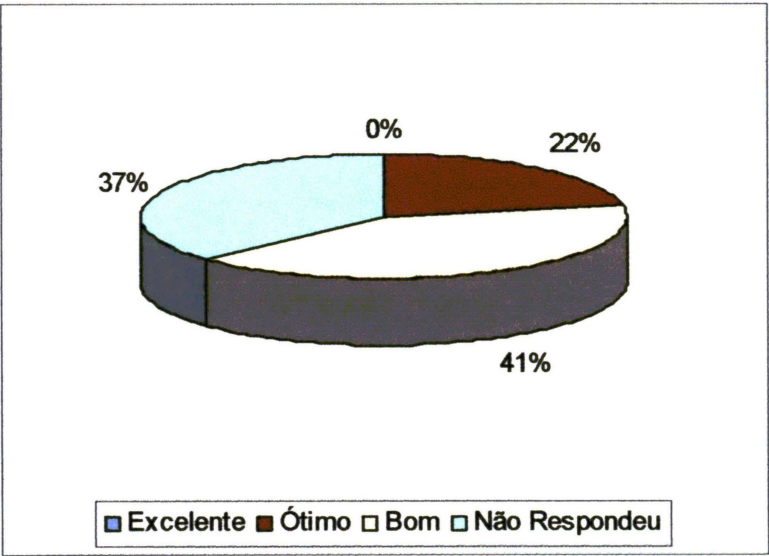
O resultado mostra que a maioria dos Comandantes de UOps já participou dos programas de treinamento e capacitação profissional realizados na PMPR.

TABELA 3 MELHORIA DE CONHECIMENTO PELO CONTEÚDO DOS PROGRAMAS MINISTRADOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Excelente	-	0%
Ótimo	6	22%
Bom	11	41%
Não Respondeu	10	37%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 3 MELHORIA DE CONHECIMENTO PELO CONTEÚDO DOS PROGRAMAS MINISTRADOS



FONTE: Dados da tabela 3

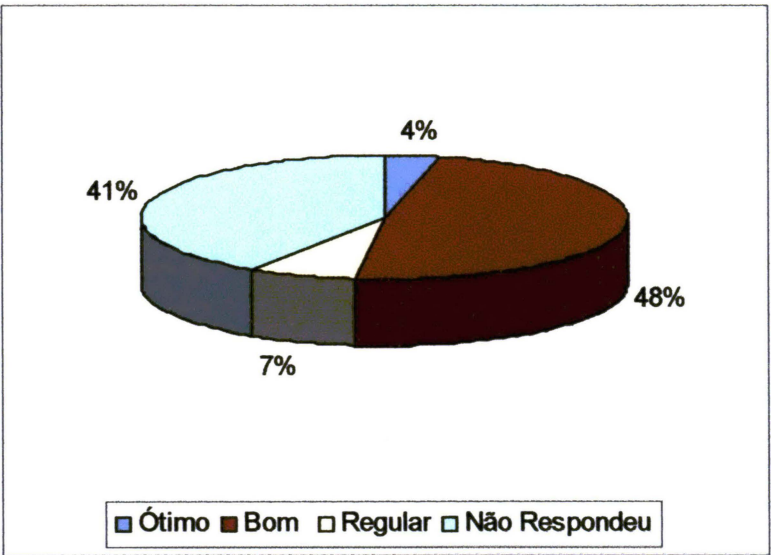
O percentual demonstra que houve melhoria do conhecimento pela participação nos cursos.

TABELA 4 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Ótimo	1	4%
Bom	13	48%
Regular	2	7%
Não Respondeu	11	41%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 4 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA



FONTE: Dados da tabela 4

Demonstra o percentual que foi satisfatória a forma como foi executado o programa do Curso em convênio. A pergunta possibilitava manifestação do pesquisado e houve, dentre outros, quem classificou como sendo o currículo próprio à atividade policial e os professores excelentes.

TABELA 5 GRAU DE NECESSIDADE DE APLICAÇÃO À TROPA DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DA SENASP

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Muito importante	6	22%
Importante	16	59%
Não necessário	1	4%
Não Respondeu	4	15%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 5 GRAU DE NECESSIDADE DE APLICAÇÃO À TROPA DOS CONTEÚDOS DOS PROGRAMAS DA SENASP



FONTE: Dados da tabela 5

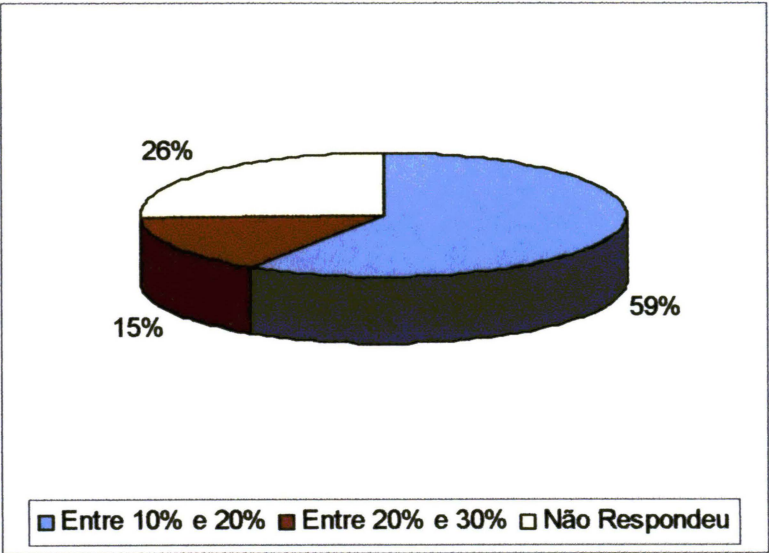
O percentual demonstra o grau de necessidade de cursos de treinamento e capacitação.

TABELA 6 EFETIVO DA UNIDADE QUE PARTICIPOU DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Entre 10% e 20%	16	59%
Entre 20% e 30%	4	15%
Não Respondeu	7	26%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 6 EFETIVO DA UNIDADE QUE PARTICIPOU DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP



FONTE: Dados da tabela 6

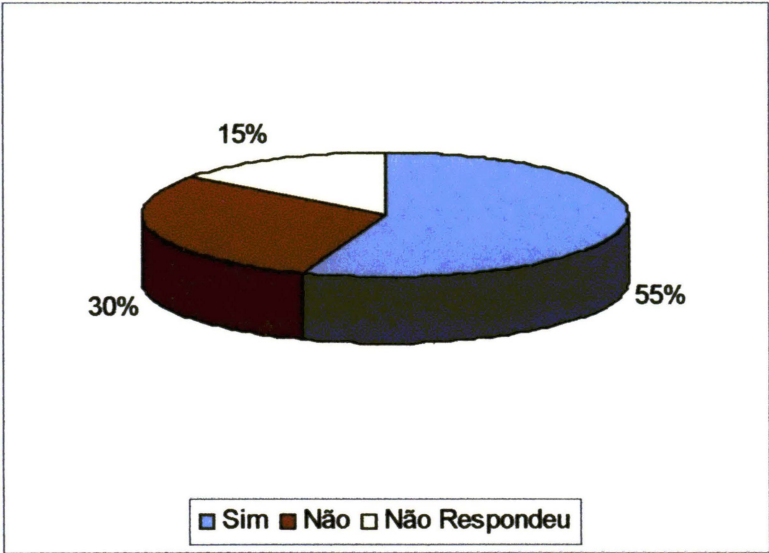
O resultado mostra que há necessidade de aplicação constante dos cursos em convênio.

TABELA 7 **CONTEÚDO DAS INSTRUÇÕES COM BASE NOS RELATÓRIOS DE SERVIÇOS DIÁRIOS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	15	55%
Não	8	30%
Não Respondeu	4	15%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 7 **CONTEÚDO DAS INSTRUÇÕES COM BASE NOS RELATÓRIOS DE SERVIÇOS DIÁRIOS**



FONTE: Dados da tabela 7

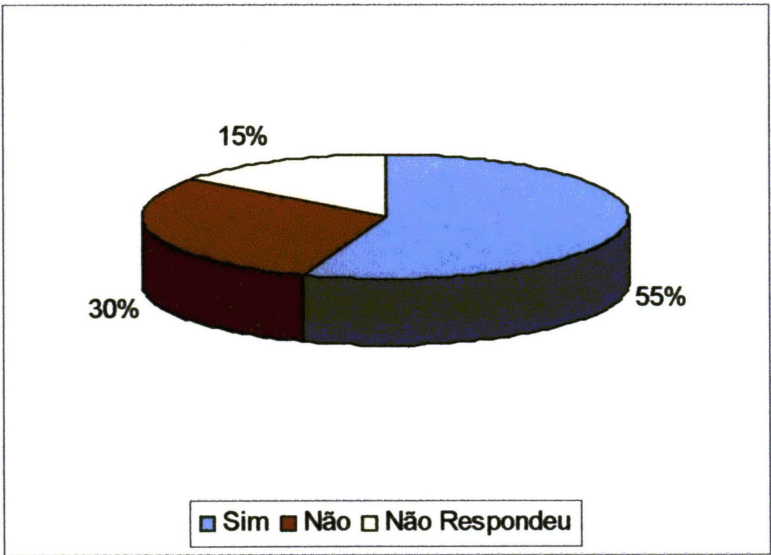
O percentual mostra que os assuntos são aleatórios e não obedecem a uma grade curricular adequada ao treinamento e capacitação da tropa.

TABELA 8 INSTRUÇÕES COM PLANEJAMENTO PRÉVIO DA 3ª SEÇÃO DA UNIDADE

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	15	55%
Não	8	30%
Não Respondeu	4	15%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 8 INSTRUÇÕES COM PLANEJAMENTO PRÉVIO DA 3ª SEÇÃO DA UNIDADE



FONTE: Dados da tabela 8

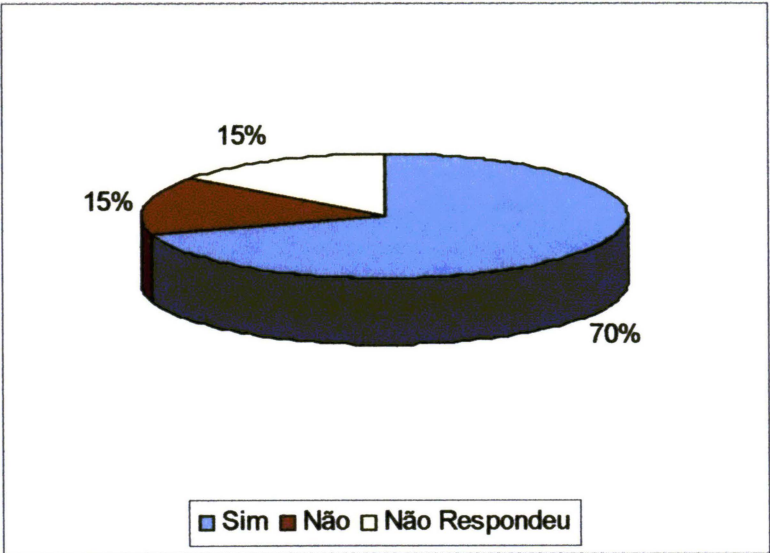
Demonstra o resultado que as UOPs têm planejado suas instruções.

TABELA 9 INSTRUÇÕES VERBAIS QUANDO DA ASSUNÇÃO DO SERVIÇO DIÁRIO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	19	70%
Não	4	15%
Não Respondeu	4	15%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 9 INSTRUÇÕES VERBAIS QUANDO DA ASSUNÇÃO DO SERVIÇO DIÁRIO



FONTE: Dados da tabela 9

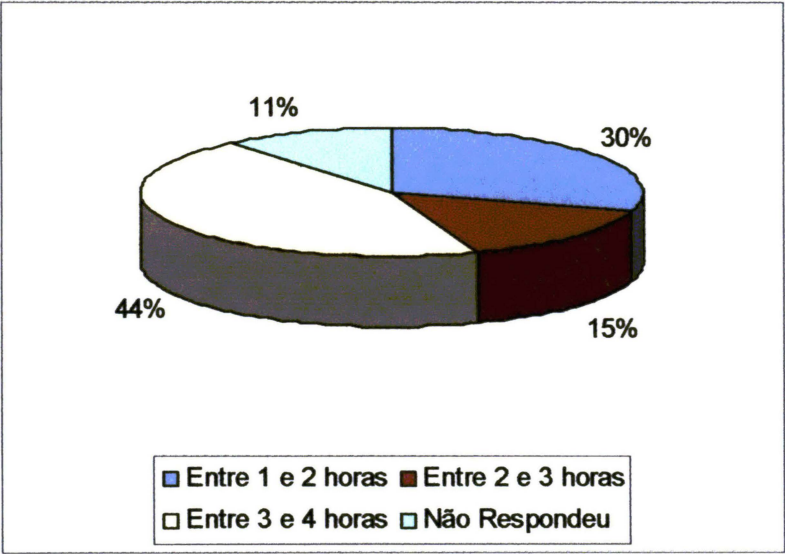
O resultado demonstra que a Instrução, em sua grande maioria, é verbal.

TABELA 10 QUANTIFICAÇÃO DE HORAS DE INSTRUÇÕES MENSAIS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Entre 1 e 2 horas	8	30%
Entre 2 e 3 horas	4	15%
Entre 3 e 4 horas	12	44%
Não Respondeu	3	11%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 10 QUANTIFICAÇÃO DE HORAS DE INSTRUÇÕES MENSAIS



FONTE: Dados da tabela 10

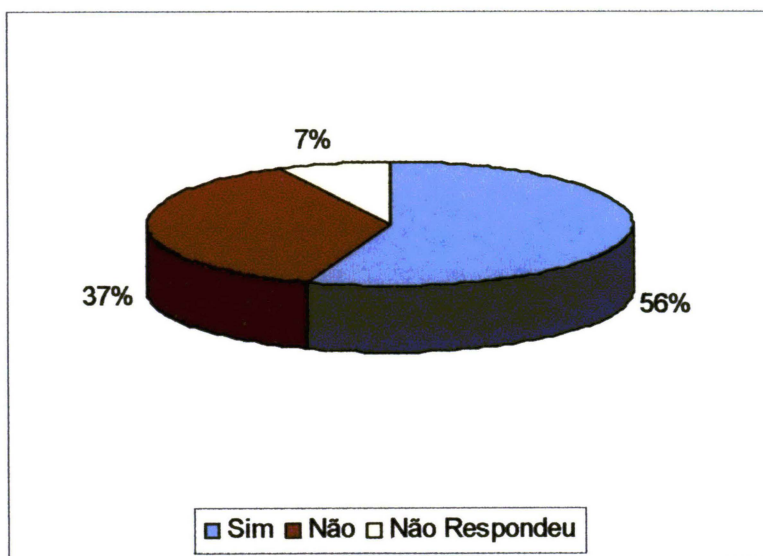
O resultado mostra a preocupação dos Comandantes com o treinamento e capacitação da tropa.

TABELA 11 ADEQUAÇÃO DE LOCAL, RECURSOS AUDIOVISUAIS, ILUMINAÇÃO, CONFORTO E ACÚSTICA PARA A REALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	15	56%
Não	10	37%
Não Respondeu	2	7%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 11 ADEQUAÇÃO DE LOCAL, RECURSOS AUDIOVISUAIS, ILUMINAÇÃO, CONFORTO E ACÚSTICA PARA A REALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES



FONTE: Dados da tabela 11

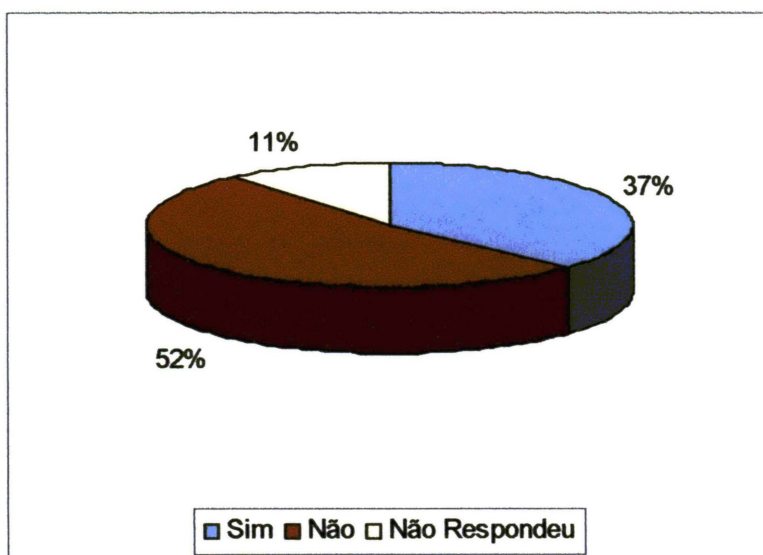
O percentual demonstra que as UOPs estão adequadamente preparadas para a atividade de treinamento e capacitação.

TABELA 12 REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM AO FINAL DAS INSTRUÇÕES

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	10	37%
Não	14	52%
Não Respondeu	3	11%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 12 REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM AO FINAL DAS INSTRUÇÕES



FONTE: Dados da tabela 12

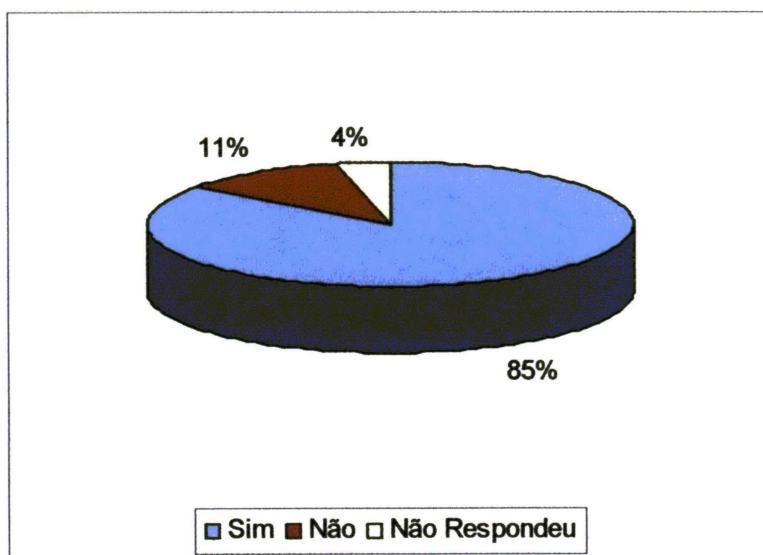
O resultado demonstra que a atividade é avaliada em parte, cujo resultado não pode servir como parâmetro.

TABELA 13 OCORRÊNCIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	23	85%
Não	3	11%
Não Respondeu	1	4%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 13 OCORRÊNCIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SENASP



FONTE: Dados da tabela 13

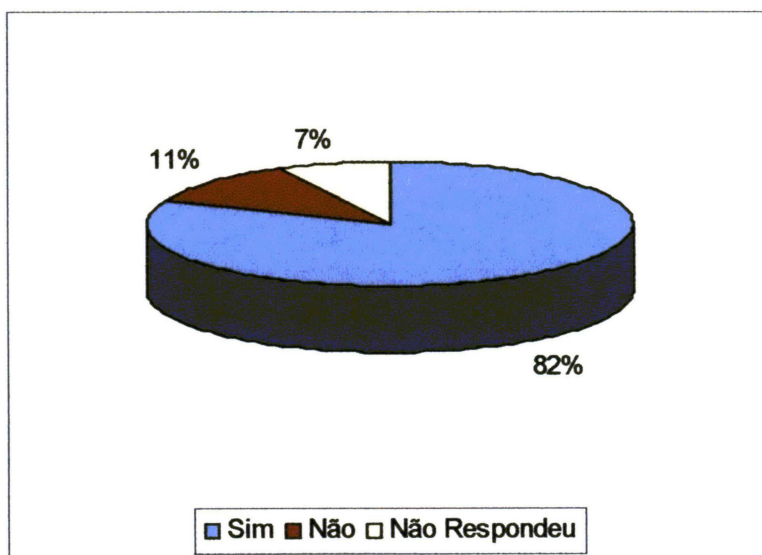
O percentual demonstra que há melhoria na qualidade da prestação do serviço após o treinamento e capacitação através de convênio entre a SENASP e a PMPR.

TABELA 14 AUMENTO DA VISÃO DA SENSIBILIDADE SOCIAL E MAIOR PODER DE DECISÃO APÓS RECEBER A INSTRUÇÃO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	22	82%
Não	3	11%
Não Respondeu	2	7%
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 14 AUMENTO DA VISÃO DA SENSIBILIDADE SOCIAL E MAIOR PODER DE DECISÃO APÓS RECEBER A INSTRUÇÃO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA SENASP



FONTE: Dados da tabela 14

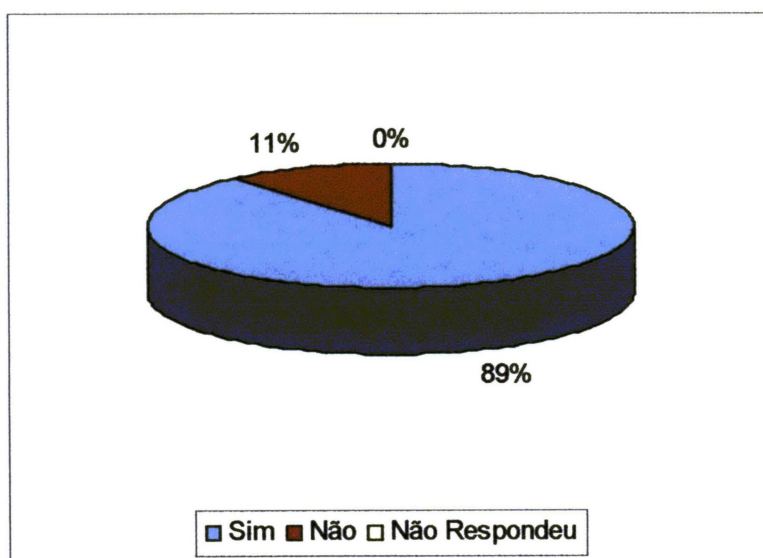
Um percentual bastante alto demonstra que há melhoria na visão social e poder de decisão no desenvolvimento da atividade PM.

TABELA 15 PERCEPÇÃO DE QUE A INSTRUÇÃO FUNCIONA COMO AÇÃO PREVENTIVA NA APLICAÇÃO EFETIVA DA TROPA EM QUALQUER MISSÃO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Sim	24	89%
Não	3	11%
Não Respondeu	-	-
TOTAL	27	100 %

FONTE: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 15 PERCEPÇÃO DE QUE A INSTRUÇÃO FUNCIONA COMO AÇÃO PREVENTIVA NA APLICAÇÃO EFETIVA DA TROPA EM QUALQUER MISSÃO



FONTE: Dados da tabela 15

Um percentual surpreendente alto opinou que a Instrução ministrada pelo convênio funciona como ação preventiva em qualquer missão. Tal fato não surpreende este Pesquisador que defende a aplicação de treinamento e capacitação da tropa como forma de aperfeiçoamento profissional e adequada ação no desenvolvimento do policiamento ostensivo.

18 CONCLUSÃO

A tarefa de motivar pessoas não é simples, nem mesmo fácil de ser realizada, dependendo do grau de comprometimento com a Instituição, é que os resultados efetivos serão vistos e analisados, principalmente a partir de uma ação pedagógica com a finalidade de mudar o comportamento do Policial-Militar, na execução do policiamento ostensivo.

A necessidade de mudança comportamental se observa na pesquisa realizada sobre a Secretaria Nacional de Segurança Pública que assevera a implementação do planejamento para as políticas na área de segurança pública com a participação multidisciplinar, envolvendo além dos policiais, outros setores do governo e da sociedade, na busca pela construção da paz social.

Na realidade, os objetos dos convênios e planos de trabalho serão programados pela PMPR, os quais serão propostos a SENASP, em acordo com o SUSP, em razão de que as ações formativas devem garantir a integração dos órgãos de segurança pública com a comunidade.

Além da previsão de cursos de treinamento e capacitação profissional, há os de aperfeiçoamento e especialização em Gestão de Segurança Pública, em face do credenciamento, financiamento e acompanhamento de Instituições de Ensino Superior da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

A experiência bem sucedida com a efetivação do Convênio 110/2003, realizado no ano de 2005 na Academia Policial Militar do Guatupê, credencia sem dúvida este estabelecimento de ensino a seguir na execução de novos convênios, celebrados entre PMPR e a SENASP, rumo ao conhecimento, integração das forças de segurança pública e troca de experiências profissionais, seguindo-se de soluções adequadas aos problemas comuns às Instituições.

Essa atividade poderá ser útil na superação de desvios de comportamento, pelo menos em parte, pelo estabelecimento de um núcleo comum de conteúdos e metodologias nos cursos de treinamento e capacitação profissional aos servidores na área de segurança pública, privilegiando a formação de juízo moral, contato com as ciências humanísticas e tecnologia, como contraponto de eficácia à incompetência da força bruta.

Os conteúdos da grade curricular aliados à indicação de professores e instrutores habilitados não apenas nos conhecimentos técnicos, mas igualmente nas artes didáticas e no relacionamento inter-pessoal, serão fundamentais para a geração de policiais que atuem com base na lei, na ordem hierárquica e na autonomia moral e intelectual.

Do agente da área de segurança pública contemporâneo, mesmo o de mais simples escalão, se poder-se-á exigir cada vez mais discernimento de valores éticos e condução rápida de processos de raciocínio na tomada de decisões.

Isso não passa apenas por maiores exigências acadêmicas, inseridas nos concursos públicos, por um reforço do papel das instituições com atividades de ensino, com revisões de currículos, com o repensar de novas metodologias, com o incremento de didáticas e pedagogias menos verticalistas e mais participativas, mas especialmente, com as atividades de treinamento e capacitação profissional do efetivo, em complemento à formação básica.

A polícia como instituição de serviço à cidadania em uma de suas demandas mais básicas – Segurança Pública – tem tudo para ser altamente respeitada e valorizada.

Para tanto precisa resgatar a consciência da importância de seu papel social e, por conseguinte, sua auto-estima.

Esse caminho passa necessariamente pela superação das seqüelas deixadas pelo período ditatorial, visto que o processo de modernização democrática está em curso com organizações intergovernamentais, não governamentais, associações, projetos e movimentos sociais, exigindo que o velho paradigma antagonista da Segurança Pública e dos Direitos Humanos seja substituído por um novo, que exige a desacomodação de ambos os campos, passando a ser Segurança Pública com Direitos Humanos.

O policial pela natural autoridade moral que porta, traz consigo o potencial de ser o mais marcante promotor dos Direitos Humanos. Reverte-se o quadro de descrédito social que o atinge e o qualifica a partir de novas posturas como um dos mais centrais protagonista da democracia brasileira.

A celebração de convênio entre a PMPR e a SENASP trará nova dimensão social do papel do Policial-Militar no seio da sociedade paranaense, pelas oportunidades que irá proporcionar na busca da melhoria do conhecimento e do saber, com reflexos altamente positivos na realização de sua missão-fim, a execução do policiamento ostensivo e preventivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Klinger Sobreira de, Cel PM. **Mensagens Profissionais. Palestra sobre Problemas da Atividade Policial-Militar.** Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1987, 156 p.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla; MILANI, Feizi; GUIMARÃES, Marcelo Rezende; CAPPI, Ricardo. **Na Inquietude da Paz.** Rio Grande do Sul: Gráfica Editora Berthier Ltda. 120 p.

BESSLER, Sergio Luiz, Cap. **Importância do Ensino e Instrução no Desenvolvimento do Policial Militar.** São José dos Pinhais, Paraná. Monografia realizada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1996, 116 p.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro : Editora Lúmen Júris, 2006, 51 p.

_____, Polícia Militar do. **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SENASP, MJ,** Brasília, 2005, 127 p.

_____, Polícia Militar do. **Plano de Curso nº. 007/2005,** Gestão em Segurança Pública, APMG, SJ dos Pinhais, 2005.

_____, Polícia Militar do. **Plano de Curso nº. 008/2005,** Técnicas e Práticas Interativas APMG, SJ dos Pinhais, 2005.

_____, Polícia Militar do. **CONVÊNIO SENASP/MJ Nº. 110/2003**

_____, Polícia Militar do. **Curso de Atualização em Gestão de Segurança Pública – Relatório Final de Curso – APMG/ESPC – Convênio 110/03,** APMG, SJ dos Pinhais, 2005.

PORCIDES, João Luis Zilli, Ten.-Cel. **Sistema de Polícia e Justiça no Período Colonial Brasileiro.** São José dos Pinhais, Paraná. Monografia realizada no Curso Superior de Polícia da Academia Policial Militar do Guatupê, 1999, 192p.

QUINTAL, Josias. **Polícia Completa, Proposta de Emenda Constitucional nº 181/2003.** Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro, 2006, 31p.

- SILVA FILHO, José Vicente. **A Segurança Pública – o que falta fazer ?** Estudos e Pesquisas nº. 147, Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro, 2006, 31 p.

WIEVIORKA, Michel. **O Novo Paradigma da Violência.** São Paulo : USP, Tempo Social, Vol. 9, 1997, 41 p. OBS é um texto incluso nesta revista de sociologia da USP.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do : promulgada em 05 de outubro de 1988 – 17ª ed. Atual. e ampl. São Paulo : Saraiva 1987

_____. **Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 88.777, de 30 de outubro de 1983.** Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).

_____. **Decreto nº 95.073, de 21 de outubro de 1987.** Altera o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).

PARANÁ. Lei Estadual nº 6774, de 08 de janeiro de 1976. Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná.

_____, **Lei Estadual nº 1943, de 23 de junho de 1954.** Código da Polícia Militar do Paraná, Curitiba : 1995, 54 p.

ANEXOS**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

1) O senhor conhece os conteúdos dos programas de treinamento e capacitação profissional da SENASP em convênio com a PMPR?

() Sim () Não () Não respondeu

2) O senhor já participou de programas de treinamento e capacitação profissional da SENASP em convênio com a PMPR?

() Sim () Não () Não respondeu

3) O conteúdo dos programas agregou ao seu conhecimento o esperado num grau:

() Excelente () Ótimo () Bom () Não respondeu

4) Em sua opinião o desenvolvimento do programa foi:

() Ótimo. Explique: _____

() Bom. Explique: _____

() Regular. Explique: _____

5) Em sua opinião, qual o grau de necessidade de aplicação à tropa dos conteúdos dos programas de treinamento e capacitação profissional da SENASP em convênio com a PMPR?

() Muito Importante () Importante

() Não necessário () Não Respondeu

6) O efetivo de sua Unidade Operacional participou dos programas de treinamento e capacitação profissional da SENASP em convênio com a PMPR, no seguinte percentual:

() entre 10% e 20% () entre 20% e 30% () Não respondeu

7) Em sua Unidade Operacional os assuntos abordados nas Instruções são elencados com base nos relatórios de serviços diários?

() Sim () Não () Não respondeu

8) As instruções obedecem a um prévio planejamento pela 3ª Seção da Unidade?

() Sim () Não () Não respondeu

9) As instruções são aplicadas de forma verbal, quando as equipes assumem ao serviço diário?

() Sim () Não () Não respondeu

10) As instruções são aplicadas em dias específicos somando-se mensalmente entre:

() 1 a 2 horas () 2 e 3 horas

() 3 e 4 horas () Não respondeu

11) Para a realização das instruções existe adequação de local, recursos audiovisuais, iluminação, conforto e acústica?

() Sim () Não () Não respondeu

12) São realizadas avaliações de aprendizagem ao final das instruções?

() Sim () Não () Não respondeu

13) Em sua opinião haverá melhoria na qualidade da prestação do serviço do efetivo operacional se participarem dos programas de treinamento e capacitação profissional da SENASP em convênio com a PMPR?

() Sim () Não () Não respondeu

14) Em sua opinião após o PM receber a instrução de treinamento e capacitação profissional em convênio da SENASP com a PMPR, terá uma maior visão da sensibilidade social e maior poder de decisão?

() Sim () Não () Não respondeu

15) O senhor concorda que a instrução funciona como ação preventiva na aplicação efetiva da tropa em qualquer missão?

() Sim () Não () Não respondeu